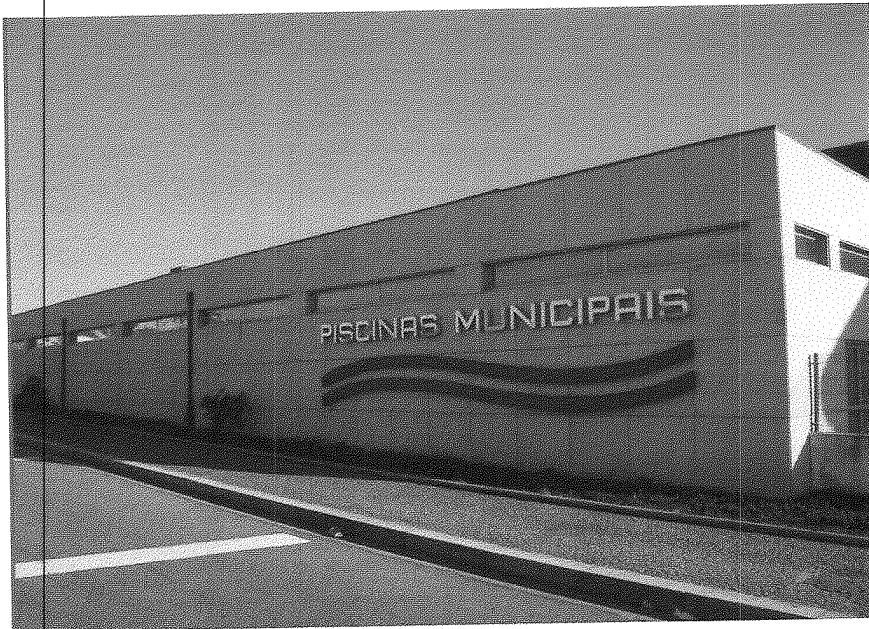


Handwritten signature

GESPAÇOS

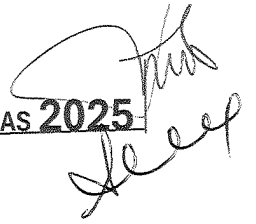
Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A.



RELATÓRIO E CONTAS 2025

Índice

Mensagem do Conselho de Administração	3
1. Introdução.....	6
2. Apreciação Global de Gestão.....	6
2.1. Consolidação de Estratégias Prosseguidas.....	7
2.2. Desenvolvimento dos Projetos.....	9
2.2.1. Escolas de Natação e Pólo	9
2.2.2. Desporto escolar.....	10
2.2.3. Apoio ao desporto.....	11
2.2.4. Natação para alunos com deficiência.....	11
2.2.5. Manutenção.....	11
2.2.6. Recreação.....	12
2.2.7. Aeróbica.....	12
2.2.8. Ginásio	12
2.2.9. Hidroginástica	12
2.2.10. Hidro Cycling.....	13
2.2.11. Promoção do desporto	13
2.2.12. Projeto Sénior.....	13
2.2.13. Outros projetos.....	14
2.2.14. Frequência do complexo das Piscinas.....	15
2.3. Responsabilidade Social.....	17
2.4. Divulgação de projetos e atividades.....	17
2.5. Rentabilização dos serviços e dos Equipamentos Municipais sob Gestão da Gespaços	17
3. A organização administrativa e os Recursos Humanos	21
Situação Económica e Financeira.....	23
1. Situação da Empresa	24
1.1. Rendimentos e Gastos	24
1.2. Resultados	27
1.3. Situação Patrimonial	27
1.4. Prazo Médio de Pagamentos (PMP)	29
1.5. Prazo Médio de Recebimentos (PMR)	29
1.6. Dívidas Ao Estado e Segurança Social	29
Evolução previsível da Empresa	30
Proposta de Aplicação de Resultados	32
Considerações Finais	34
Anexo ao Relatório de Gestão	36
Mapas de Prestação de Contas	38
Certificação Legal de Contas e Parecer do Fiscal Único	64



MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



O atual Conselho de Administração, que tomou posse a 30 de janeiro de 2026, apresenta o Relatório e Contas referente ao ano de 2025.

A consolidação das contas da Gespaços SA que se verificou nos exercícios dos últimos 3 anos, e agora no exercício de 2025, demonstram um trabalho exaustivo na manutenção da credibilidade da empresa e a implementação de novas dinâmicas na relação com os utentes. É este empenho e dedicação de toda a estrutura da Gespaços SA que permitiu atingir os objetivos a que nos propusemos e propomos para este mandato, ou seja, manter a empresa com resultados sustentáveis e um serviço de qualidade e inovação aos clientes.

Contudo, o ano de 2025 ficou marcado por um evento excepcional. Em finais de março de 2025, ocorreu um sinistro na cobertura das Piscinas Municipais de Paços de Ferreira, provocado pela tempestade “Martinho”, que obrigou à suspensão de cerca de 80% da atividade desenvolvida nesse edifício até setembro de 2025. Esta situação teve um impacto significativo na operação, com reflexos diretos na quebra de receitas e no agravamento dos custos operacionais, originando prejuízos financeiros para a empresa.

Ainda assim, foi possível atenuar estes efeitos negativos através da implementação de medidas de adaptação, nomeadamente a abertura de novas aulas em sala e a deslocação de parte da atividade das Piscinas Municipais de Paços de Ferreira para as Piscinas Municipais de Freamunde, garantindo a continuidade possível dos serviços prestados aos utentes e a mitigação parcial da perda de receita.

Para fazer face à necessidade de reabilitação do edifício sede, nomeadamente a execução da empreitada de uma nova cobertura, foi solicitado um contrato de empréstimo junto do Crédito Agrícola. Esta decisão enquadra-se numa estratégia de gestão prudente, permitindo assegurar os meios financeiros necessários à reposição das condições de funcionamento do espaço, sem comprometer a tesouraria corrente da empresa.

Como entidade executora das políticas do Município, competindo à Empresa a execução das deliberações da autarquia em matérias desportivas, de recreio, lazer e cultura, toda a atuação tem sido pautada pelo cumprimento contratual e pelo respeito dos princípios de eficiência e flexibilidade de gestão, transparência, qualidade e rigor.

A gestão eficiente dos recursos públicos foi, é e será uma obrigação assumida pelo Conselho de Administração, sempre com uma preocupação diária em melhorar a qualidade da prestação de serviços a todos os munícipes, em particular aos seus utentes.

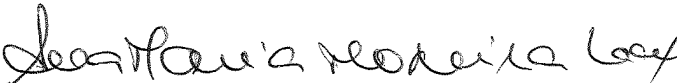
Em nome do Conselho de Administração, não podemos deixar de apresentar, publicamente, uma palavra de apreço e gratidão às seguintes pessoas/entidades:

- Ao acionista único da Empresa Municipal, pela forma sempre pronta e motivadora com que responde aos desafios e necessidades da empresa;
- A todas as entidades protocoladas com a Gespaços, pela colaboração na divulgação dos protocolos que têm potenciado a utilização dos serviços disponibilizados pela Empresa;
- A todos os munícipes, que têm contribuído para prestigiar a Gespaços, as Piscinas Municipais e os Pavilhões Municipais, enquanto equipamentos de extrema importância na prática desportiva e na prestação de um serviço público de qualidade, bem como o Parque Urbano de Paços de Ferreira e Parque de Lazer de Freamunde, enquanto espaços de lazer e bem-estar que reforça a dinâmica urbana e a qualidade de vida da população;

- A todos os colaboradores da empresa, por tudo o que, durante o ano de 2025, fizeram e superaram, num contexto particularmente exigente, sendo certo que também existimos por eles e para eles;
- Aos fornecedores, que continuam a demonstrar uma grande confiança na Gespaços.

Paços de Ferreira, 11 de maio de 2026


Joaquim Adelino Moreira de Sousa
(PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)


Ana Maria Moreira Leal
(VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)



Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal:

Dando cumprimento ao preceituado no artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, e tendo em conta o direito de superintendência que vos assiste, vimos submeter à Vossa apreciação o Relatório e Contas da Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A. (“Gespaços”, “Empresa” ou “Empresa Municipal”), relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2025.

I. Introdução

Com a Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis nºs 53-F/2006, de 29 de dezembro, e 55/2011, de 15 de novembro, no seu artigo nº 70, a Gespaços ficou obrigada “a adequar os seus estatutos em conformidade com a presente lei, no prazo de seis meses após a sua entrada em vigor.” Os Estatutos atualizados da Gespaços foram aprovados na Reunião da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro de 2013.

A Lei nº 50/2012 de 31 de agosto é bem clara quanto ao objeto social das empresas municipais, de tal forma que o objeto social da Gespaços passou a ser “Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área de educação, ação social, cultura, saúde e desporto.”

2. Apreciação global da gestão

A Empresa Municipal foi constituída em 2001, fundamentalmente, para gerir o Complexo de Piscinas Municipais de Paços de Ferreira. Desde logo se apresentou, pelo seu objeto estatutário, com potencialidades para incluir, no âmbito da sua atividade, os restantes equipamentos desportivos existentes no Município, e todos aqueles que, no futuro, viessem a existir, incluindo equipamentos culturais e de lazer.

Com a Lei nº 50/2012 de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, como vimos, o objeto social da Gespaços passou a ser “Promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área de educação, ação social, cultura, saúde e desporto.”

A Empresa tem vindo a prestar ao Pelouro do Desporto e Cultura assessoria técnica, desportiva, jurídica e administrativa, na definição da política desportiva municipal e no controlo da sua execução. Os apoios ao movimento associativo desportivo têm sido processados através da Gespaços, que acompanha a sua execução e, sobre ela, emite parecer.

A Empresa promove e apoia os eventos desportivos, sempre na perspetiva de desenvolvimento e difusão da prática desportiva das populações do concelho, como é o caso dos Jogos Inter Freguesias.

Na gestão dos equipamentos, a Empresa pauta-se pelos princípios do serviço público, da eficiência, da qualidade, da rentabilidade, visando sempre o desenvolvimento e difusão da prática desportiva das populações.

Sendo 2025 o vigésimo quarto ano de existência da Empresa Municipal, as principais prioridades da gestão orientaram-se para:

- Consolidação das estratégias prosseguidas, mantendo uma boa relação com os seus clientes/utentes;
- Requalificação da cobertura do edifício sede da empresa;
- Desenvolvimento dos projetos delineados pelo Pelouro do Desporto da Câmara Municipal de Paços de Ferreira e pelo Conselho de Administração;
- Divulgação da atividade da Gespaços e dos seus projetos;
- Rentabilização dos serviços e das infraestruturas ao dispor da empresa, nomeadamente das Piscinas Municipais em Paços de Ferreira e Freamunde, do Pavilhão Municipal n.º 1 (seu Polivalente Coberto, e Patinódromo) em Paços de Ferreira, do Pavilhão Municipal n.º 2 em Modelos, dos vários recintos desportivos das Escolas EB, 2 e 3 de Frazão, de Meixomil, de Eiriz e de Freamunde, durante o período noturno (protocolado entre as Escolas e o Município de Paços de Ferreira), bem como os polivalentes dos Centros Escolares e da Escola Secundária de Freamunde.
- Gestão, quanto à limpeza e vigilância do Parque Urbano de Paços de Ferreira e Parque de Lazer de Freamunde, limpeza dos Unidades de Saúde de Paços de Ferreira e de Freamunde, conforme protocolado com o Município de Paços de Ferreira, através do Contrato-Comodato.

De uma forma mais detalhada, apresentamos quais os principais passos dados pela Empresa que materializaram a estratégia definida pela administração desde dezembro de 2021:

2.1 Consolidação das estratégias prosseguidas

A Gespaços tinha, aquando da sua criação, como objeto social a construção, manutenção, exploração e conceção de equipamentos desportivos e promoção do desporto no Concelho de Paços de Ferreira. A Câmara Municipal, acionista único da empresa, passou a considerar a Empresa como a entidade capaz de prosseguir os objetivos do município e concedeu-lhe a enorme responsabilidade da gestão

de outros equipamentos desportivos já existentes, nomeadamente os Pavilhões Municipais de Paços de Ferreira (a partir de Dezembro de 2006) e de Modelos (a partir de Agosto de 2007) e todos equipamentos de recreio e de lazer municipais: Patinódromo, Circuito de Manutenção de S. Domingos (a partir de Dezembro de 2006) e Parque Urbano de Paços de Ferreira (a partir de Julho de 2008). Ainda a partir de janeiro de 2008 a empresa acumulou a gestão do complexo de Piscinas Municipais de Freamunde.

Em janeiro de 2009 foi celebrado um Contrato Programa com a Câmara Municipal de Paços de Ferreira para gestão do Museu Municipal do Móvel e do Museu de Sanfins e Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins.

Com a crescente procura de espaços desportivos por parte dos diversos clubes, associações e utentes particulares, materializada em comunhão com os agentes desportivos no seio do Conselho Municipal do Desporto, surgiu a necessidade de realizar a cobertura do Polivalente Exterior ao Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira. As obras iniciaram em finais de 2008 e ficaram concluídas em abril do ano de 2009. Fez-se então uma alteração ao Contrato Programa celebrado com CMPF, para Gestão do Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira, Polivalente e Patinódromo.

A orientação da Administração da Empresa passa pela maior rentabilização social do equipamento, associada a uma lógica de maximização da eficiência económica do mesmo, mantendo inalterada a preocupação pela qualidade e pelo carácter público dos serviços prestados.

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços, o Executivo transferiu em 19 de março de 2010 as competências de manutenção / limpeza e controlo de acessos do Edifício da CMPF para a Empresa Municipal. Foram absorvidos nos quadros da empresa a partir de então, com a celebração do Contrato Programa com a CMPF para Manutenção / Limpeza e Controlo de acessos do edifício da CMPF, as funcionárias / funcionários que estavam a prestar esse mesmo serviço pelas empresas que detinham essa responsabilidade com a CMPF.

Em julho de 2024, através de um novo contrato programa, foram transferidas competências de limpeza das Unidades de Saúde de Paços de Ferreira e de Freamunde, assumindo a Gespaços nos seus quadros de pessoal as funcionárias que estavam a prestar esse mesmo serviço e que pertenciam ao quadro de pessoal da empresa que detinham essa responsabilidade com a CMPF.

Relativamente à promoção do desporto, deu-se continuidade ao trabalho de apoio aos clubes, sendo o Gabinete de Apoio ao Associativismo (GAA), coordenado por um Professor com Licenciatura em Educação Física, uma pedra basilar nesse permanente apoio às Associações. O Projeto Sénior teve

continuidade, tendo em vista combater o Sedentarismo, com o lema “*Idade da Reforma, idade de recuperar a forma*”.

A abertura, em 2012, do Parque Urbano de Paços de Ferreira permitiu a todos os munícipes disfrutar de um espaço amplo no centro da cidade, com áreas de lazer, desporto e com a Casa da Eira, que atualmente e fruto da Hasta Publica tem uma nova denominação “OASSIS”, com uma imagem renovada e adequada à altura da qualidade do espaço que integra.

As competências de Gestão do Parque Urbano de Paços de Ferreira, foram revistas em 18 de dezembro de 2024, com a celebração de um novo contrato programa onde foram alargadas essas competências de gestão e manutenção ao Parque de Lazer de Freamunde.

Neste domínio, como em todos os anteriores, manteve-se a preocupação de prestação de um serviço público permanente e de carácter social.

2.2. Desenvolvimento dos Projetos

Dos 3 projetos iniciados em 2023 que são de extrema importância para a empresa, principalmente para as Piscinas Municipais de Paços de Ferreira (colocação de novo sistema AVAC, nova cobertura no edifício sede da empresa e SNC – AP), no decorrer de 2025 avançamos com a requalificação da cobertura do edifício das Piscinas Municipais de Paços de Ferreira, processo esse que está concluído. O projeto do sistema Avac (desumificadores) para as Piscinas Municipais de Paços de Ferreira, já demos início e prevê-se que no primeiro semestre de 2026 esteja concluído o concurso público e se dê início a essa empreitada no segundo semestre de 2026.

O projeto de implementação do SNC-AP, à data está concluído e a empresa está a trabalhar a 100% nesse sistema.

2.2.1. Escolas de natação e pólo aquático

Durante o ano de 2015, a empresa deu consequência ao plano estratégico delineado pelo executivo municipal, incrementando a prática da natação e afins no seu sentido lato da palavra, pela população do concelho de Paços de Ferreira, criando um universo de utilizadores/utentes que serão no futuro o suporte da rentabilização do Complexo.

Consolidada que foi a autonomização das atividades aquáticas (natação e pólo aquático), com a criação **Clube Aquático Pacense**, a Gespaços manteve o mesmo apoio ao clube para a dinamização e

promoção das suas atividades ao nível competitivo, justificando a existência do complexo e da sua natureza, virada para o mais alto nível da competição desportiva.

A Gespaços garante ainda a todos, o ensino da natação em quatro níveis: adaptação ao meio aquático (para bebés até aos quatro anos), aprendizagem, aperfeiçoamento e desenvolvimento da natação. São ainda ministradas aulas de hidroginástica, hidroterapia, hidrocyling e de formação desportiva. Os alunos inscrevem-se individualmente e coletivamente e são integrados em grupos com horários e professores adequadamente escalonados. A empresa continua a estender o seu leque de serviços, a todos aqueles que pretendam usufruir do espaço, quer seja piscina, ginásio ou outros, de uma forma livre, sem compromisso horário ou professores de acompanhamento.

2.2.2 Desporto escolar

Desde o ano de 2002 vem sendo desenvolvido o programa de aprendizagem de natação, destinado inicialmente aos alunos do ensino básico, mas posteriormente alargado aos alunos do ensino secundário. Este programa surgiu a partir de um protocolo celebrado com a Câmara Municipal, revestindo-se de extrema importância na vertente pedagógica, constituindo mesmo um forte incentivo à prática da natação.

Este programa preenche largos espaços do Complexo das Piscinas Municipais em períodos em que não seria possível a ocupação com outro tipo de utentes, prestando um serviço público de qualidade que se pretende continuar a prestar.

As turmas do desporto escolar da Escola Secundária de Paços de Ferreira, Agrupamento de Escolas de Paços de Ferreira, Agrupamento de Escolas de Frazão, Agrupamento de Escolas D. António Taipa – Freamunde e Agrupamento de Escolas de Eiriz, utilizam as piscinas sob responsabilidade pedagógica dos seus professores, sendo integrados no Programa de aprendizagem de natação, registando-se um aumento gradual de entradas ao longo dos últimos anos.

A empresa tem adotado uma política de promoção desta atividade junto dos agrupamentos escolares, procurando assim que o desporto chegue a um leque mais alargado de pessoas, de acordo com as orientações estratégicas emanadas do acionista único da empresa.

2.2.3 Apoio ao desporto

O GAA (Gabinete de Apoio ao Associativismo), tem sido um veículo muito importante para a prestação de serviços de apoio técnico, administrativo e jurídico aos Clubes e Associações do Concelho de Paços de Ferreira. O GAA tem ainda colaborado em algumas atividades desenvolvidas pelo sector de desporto da Câmara Municipal, destacando-se o papel relevante na organização dos Jogos Inter freguesias e Festa Minibasquete dos últimos anos. A Gespaços continuou com a responsabilidade de organização destes Jogos em 2025, dando seguimento a uma das ações de sucesso dos últimos anos.

Assim, assumindo na plenitude a função de apoio para a política desportiva da Câmara Municipal, a Gespaços, em conjunto com os técnicos da autarquia que se encontram ao seu dispor, operacionalizaram um conjunto de atividades que envolveram milhares de pacenses, em diversas modalidades, tal como foi oportunamente difundido pelos órgãos de comunicação social.

Compete ao GAA manter a Carta Desportiva devidamente atualizada.

Por último, é de realçar o apoio concedido aos clubes, através da operacionalização prestada com as inscrições, suportadas pelo Município, e realização de exames médicos desportivos (de acordo com o Contrato Programa existente com o Município).

2.2.4 Natação para alunos com deficiência

Tem sido usual ao longo dos últimos anos apoiar um grupo de pessoas com deficiência, no âmbito de um protocolo celebrado com a Câmara, dando cumprimento ao programa “Acesso aos Deficientes”, permitindo o acesso gratuito aos cidadãos portadores de deficiência superior a 60%, de acordo com a Tabela Nacional de Incapacidade, possibilitando, assim, a prática de atividades aquáticas e algumas atividades “cardio-fitness”, no Ginásio das Piscinas Municipais de Paços de Ferreira. Este Programa foi alargado a todos os deficientes, frequentadores do ensino especial em funcionamento nos diversos Agrupamentos Verticais de Escolas existentes no Concelho de Paços de Ferreira.

2.2.5 Manutenção

No âmbito da gestão do espaço e dos tempos de utilização das piscinas, foi igualmente contemplada uma opção para os utentes de utilização livre das piscinas, tendo sido determinados espaços (com a devida afixação para consulta do público) especialmente delimitados nas piscinas interiores de forma

a uma utilização harmoniosa pelos utentes de turmas de natação, atletas e os utentes de utilização livre.

2.2.6 Recreação

As piscinas exteriores funcionam durante os meses de junho, julho, agosto e setembro, onde todos os anos tem vindo a aumentar a procura por este espaço. No ano de 2019, as piscinas exteriores, bem como a sua área envolvente foi objeto de uma requalificação profunda. O número de entradas no ano de **2025, foi de 32.548.**

Em 2025, batemos o recorde de entradas nas piscinas exteriores, tivemos um aumento em **relação ao ano anterior superior a 11%, o que corresponde a mais 3.298 entradas.**

2.2.7 Aeróbica

Continuaram a ser ministradas as aulas de Aeróbica ao longo do ano de **2025**, com um número médio mensal de **309 utentes**. O número de praticantes desta modalidade tem vindo a aumentar de ano para ano.

Em 2025 tivemos um aumento em **relação ao ano anterior superior a 59%.**

2.2.8 Ginásio

Com o encerramento das Piscinas Municipais de Paços de Ferreira no período de abril a setembro de 2025, fruto da tempestade martinho que destruiu a cobertura do edifício destas piscinas, a frequência do ginásio teve uma redução em relação a 2024.

Durante o ano de 2025, registaram-se 33.183 entradas no Ginásio.

2.2.9 Hidroginástica

Esta atividade tem merecido uma significativa adesão por parte das utentes, existindo ao longo de 2025, uma média mensal de 586 inscritos em Paços de Ferreira e 614 inscritos em Freamunde.

No ano de 2025, não obtivemos um **aumento em relação ao ano anterior, fruto do encerramento das Piscinas Municipais de Paços de Ferreira de abril até meados de setembro desse ano.**



2.2.10 Hidro Cycling

Esta modalidade em termos médios mensais, no ano de **2025 contava com 67** utentes inscritos em turmas, em Paços de Ferreira e em Freamunde.

2.2.11 Promoção do Desporto

Ao longo dos últimos anos, a Empresa promoveu a realização nas Piscinas Municipais de diversas atividades desportivas, com vista à promoção da prática desportiva pelos cidadãos e à promoção da imagem do Concelho através do desporto, que envolveram centenas de atletas e representaram uma utilização massiva das Piscinas aquando da realização de Campeonatos Regionais/Nacionais de Natação Pura Desportiva e Pólo Aquático.

No início de março de 2025, em parceria com a Federação Portuguesa de Natação, realizou-se nas Piscinas Municipais de Paços de Ferreira o Estágio da Seleção Nacional de Sub 14 de polo Aquático masculino, onde estiveram 32 atletas.

Em 2025, em parceria com a Associação de Natação do Norte de Portugal, realizou-se 2 eventos que decorreram no mês de dezembro, onde estiveram mais de 500 atletas nas Piscinas Municipais de Paços de Ferreira.

Ainda em 2025, e com o objetivo de promoção da atividade física e desportiva em contexto comunitário, a Gespaços SA realizou 6 megas aulas de hidrogenástica:

- 3 de janeiro, mega aula “ANO NOVO”, onde tivemos 121 participantes;
- 28 de fevereiro, mega aula “Carnaval”, onde tivemos 119 participantes;
- 27 de setembro, mega aula “Semana Europeia do Desporto”, onde tivemos 102 participantes;
- 8 de novembro, mega aula WORLDWIDE AQUATHON DAY, evento realizado simultaneamente em mais de 50 países, onde tivemos 97 participantes;
- 28 de novembro, mega aula Hidro By Night, onde tivemos 132 participantes;
- 22 de dezembro, mega aula “NATAL”, onde tivemos 152 participantes.

Estas 6 megas aulas, para além da finalidade de promoção da atividade física, tiveram a vertente solidária em que os participantes contribuíram com bens alimentares, que foram posteriormente entregues ao balcão social do município de Paços de Ferreira que os fez chegar a famílias carenciadas deste concelho.

2.2.12 Projeto Sénior

Durante o ano de 2011 foi implementado o Projeto Sénior para combater o Sedentarismo, com o lema “*Idade da Reforma, idade de recuperar a forma*”, onde a principal preocupação da Gespaços e do

Município é abrir horizontes à população mais idosa, atentos à necessidade de pôr os seniores a “mexer”, procurando ajudar estas pessoas a estarem mais ativas, mais felizes e a mudar rotinas, contribuindo para aumentar a sua qualidade de vida. Numa atitude descontraída, a hidroginástica, o *fitness* e o *boccia* estão a contribuir para a saúde e o combate ao sedentarismo entre a população mais idosa do concelho (cerca de duas centenas).

Considerando o sucesso que o projeto tem tido, durante o ano de 2025 demos continuidade e incentivamos o apoio ao mesmo.

2.2.13 Outros Projetos

Sob a orientação do município, em 2025 demos continuidade à parceria criada para apoio ao projeto “*Percursos Detalhados*”, que tem por objeto promover a prática desportiva, nomeadamente de natação e ginásio, junto de outras etnias, sempre sob a orientação de um técnico da Câmara Municipal.

Ainda 2025, continuamos com a parceria com as Unidades de Saúde Locais e Camara Municipal de Paços de Ferreira, no apoio ao programa “Diabetes em Movimento”, programa da Direção Geral da Saúde e integrado no Programa Nacional para a Promoção da Atividade Física e no Programa Nacional para a Diabetes.

A Gespaços é responsável pela condução das sessões de exercício físico, supervisão, planeamento e acompanhamento técnico destas mesmas sessões. Estas sessões de exercício físico acontecem todas as semanas às 2as, 4as e 6as-feiras no pavilhão municipal nº 2 (Modelos)

2.2.14 Frequência do complexo das Piscinas

A quantidade de entradas em todas as modalidades, no ano de 2025, resume-se nos seguintes quadros:

Piscina de Freamunde

Atividades	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Aulas de Grupo (Aeróbica + Cycling)	171	165	158	172	298	273	258	0	367	363	386	264
Hidrobike	90	89	97	80	111	89	106	0	115	92	108	78
Hidroginástica	2591	2398	2118	2156	2821	2072	2495	0	3027	2769	2658	1832
Natação com Professor	1414	1310	1232	1206	1515	927	1138	0	1607	1511	1500	1034
Natação Mensalidade Ilimitada	1832	1724	1695	2303	2697	2057	2664	0	2780	2431	2167	1635
Natação Terapêutica	22	17	15	11	20	12	7	0	15	17	14	12
Utilização Livre Piscina	567	648	691	1001	908	608	1076	0	978	697	502	372
Desporto Escolar	947	724	836	788	1709	1027	0	0	332	1101	869	346
Grupos Privados	123	137	101	166	125	107	131	0	106	237	194	108

Total de Entradas em 11 meses:	89 041
Média de Entradas Mês:	8 095

[Handwritten signatures]
 Pág. 15

Piscina de Paços de Ferreira

Atividades	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Aeróbica	791	738	717	828	1165	949	977	0	1213	1489	1220	814
Hidrobike	260	243	141	0	0	0	0	0	91	248	182	146
Ginásio Mensalidade Ilimitada	4579	4511	4689	667	708	567	634	0	4365	4769	3909	3046
Hidroginástica	2598	2571	1482	0	0	0	0	0	1092	3468	3091	2131
Natação com Professor	958	909	560	0	0	0	0	0	310	965	757	476
Natação Mensalidade Ilimitada	1274	1393	763	0	0	0	0	0	132	1681	2611	2121
Natação Terapêutica	54	71	31	0	0	0	0	0	20	60	40	35
Utilização Livre Piscina	938	966	670	0	0	0	0	0	238	956	817	592
Utilização Livre Ginásio	56	92	60	22	115	59	96	0	75	63	55	46
Piscina Exterior	0	0	0	0	0	5370	15195	11915	68	0	0	0
Desporto Escolar	1386	1542	598	0	0	0	0	0	271	2056	1212	474
Grupos Privados	552	501	283	0	0	0	0	0	54	676	623	334

Total de Entradas em 11 meses:	125 336
Média de Entradas Mês:	11 394

[Handwritten Signature]
Pag. 1

2.3 Responsabilidade Social

De realçar a componente social que esteve na origem da criação da Gespaços, mas que foi largamente ultrapassada com o decorrer dos anos de atividade, como comprova os diversos protocolos assinados pela Empresa, sendo de realçar aqueles que apoiam os grupos mais desfavorecidos (deficientes), aqueles que permitem o acesso a atividades aquáticas, a preços previamente acordados para grupos de Escolas Privadas, Centros Sociais e Infantários (Associação Paços 2000, Obra Dona Silvia Cardoso, Centro Social Figueiró, Centro Social e Paroquial de Raimonda, Colégio Nova Encosta e Encosta dos Sonhos, Colégio Marca d'Água, e outros) e as entidades que se dedicam à proteção das populações (Associações Humanitárias - membros dos corpos ativos dos Bombeiros Voluntários de Paços de Ferreira, de Freamunde e Cruz Vermelha de Frazão).

2.4 Divulgação de projetos e atividades

A Gespaços teve a preocupação de divulgar na imprensa local, falada e escrita, os seus projetos e atividades publicando anúncios com carácter regular e promovendo a publicação de notícias, de forma a incentivar a prática desportiva e promover através do desporto a imagem do nosso Concelho.

O site da Gespaços, mais dinâmico e interativo, paralelamente com o *facebook* e *Instagram*, tem por objetivo comunicar mais rapidamente com os utentes e, por outro lado, atingir um público-alvo diferenciado.

2.5 Rentabilização dos Serviços e dos Equipamentos Municipais sob Gestão da Gespaços

Acima já foram devidamente explanadas as atividades em curso nas Piscinas Municipais em Paços de Ferreira e Freamunde.

Apesar de estes equipamentos terem passado em 2010 para a propriedade da Gespaços ao ser incorporados no seu capital social, a Empresa Municipal continuou, durante o ano de 2025, a gerir estes equipamentos segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar.

Foi celebrado um Contrato de Gestão destes Equipamentos Desportivos entre a Câmara Municipal de Paços de Ferreira e a Gespaços a 5 de agosto de 2011, onde estão previstas Indemnizações

Compensatórias para retificar eventuais diferenças de valores, tendo em conta o preço social praticado na utilização do mesmo e o custo efetivo para a Empresa Municipal.

Gestão dos Pavilhões das Escolas

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou, em 7 de agosto de 2000, protocolos com as Escolas EB 2,3 de Frazão, Paços de Ferreira e Eiriz, e em 28 de agosto de 2001, com o Agrupamento de Escolas Dr. Manuel Pinto de Vasconcelos, Freamunde, para utilização das suas instalações dos Pavilhões Desportivos. A gestão desta utilização foi assumida diretamente através da Direção do Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira.

A transferência da responsabilidade da gestão destes equipamentos já foi realizada para a Gespaços através da transmissão da posição contratual da Câmara Municipal para a Empresa Municipal.

Foram aplicadas taxas de utilização destes espaços a partir da época 2009/2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira e Patinódromo

Apesar de este equipamento ter passado em 2010 para a propriedade da Gespaços ao ser incorporado no seu capital social, a Empresa Municipal continuou, durante o ano de 2025 a gerir o Pavilhão Municipal segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia e a facultar a sua utilização aos clubes e associações desportivos e a grupos de munícipes, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar.

Foram aplicadas taxas de utilização destes espaços a partir da época 2009-2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

Foi celebrado um Contrato de Gestão deste Equipamento Desportivo entre a Câmara Municipal de Paços de Ferreira e a Gespaços a 5 de agosto de 2011, onde estão previstas Indemnizações

Compensatórias para retificar eventuais diferenças de valores, tendo em conta o preço social praticado na utilização do mesmo e o custo efetivo para a Empresa Municipal.

Pavilhão Municipal de Modelos

A Câmara Municipal transmitiu para a Gespaços a gestão e administração do Pavilhão Municipal de Modelos, que é feita segundo as boas normas técnicas do rigor, transparência e eficácia e a facultar a sua utilização aos clubes e associações desportivos e a grupos de munícipes, nos termos e condições previstos nos regulamentos em vigor e nos regulamentos que a Câmara Municipal vier a publicar.

Foram aplicadas taxas de utilização destes espaços a partir da época 2009-2010, a quem faça a respetiva candidatura antes de iniciar a época desportiva em causa.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com o objetivo de pagar à Empresa Municipal uma importância mensal de 2.093,13 Euros, para suportar aqueles encargos, ao abrigo da Deliberação de 5-8-2011.

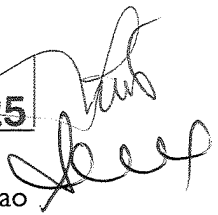
Museu Municipal do Móvel

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços o Executivo transferiu as competências de gestão e manutenção do Museu do Móvel de Paços de Ferreira para a Empresa Municipal.

A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com a Gespaços ao abrigo da Deliberação de 28-1-2009, através do qual é paga à Gespaços uma importância mensal de 2.047,24 Euros, para suportar os encargos resultantes dessa transferência de competências.

Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins e Museu da Citânia de Sanfins

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços o Executivo transferiu as competências de gestão e manutenção do Centro Interpretativo da Citânia de Sanfins e Museu da Citânia de Sanfins para a Empresa Municipal.



A Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com a Gespaços ao abrigo da Deliberação de 28-I-2009, através do qual é paga à Gespaços uma importância mensal de 1.759,74 Euros, para suportar os encargos resultantes dessa transferência de competências.

Manutenção / Limpeza e Controlo de Acessos do Edifício da CMPF, Limpeza Unidades Saúde Familiar e Unidades de Serviços Partilhados do Concelho de Paços de Ferreira, Parque Urbano de Paços de Ferreira e Parque de Lazer de Freamunde

Como forma de aproveitar sinergias já existentes na Gespaços, o Executivo Camarário transferiu as competências de vigilância / limpeza do Parque Urbano de Paços de Ferreira para a Gespaços, através da celebração de um contrato-programa no ano de 2008.

Em 2010, a Câmara Municipal de Paços de Ferreira celebrou um contrato-programa com a Gespaços ao abrigo da Deliberação de 19-3-2010, transferindo as competências de manutenção / limpeza e controlo de acessos do Edifício da CMPF para a Empresa Municipal.

Em 18 de dezembro de 2024, os dois contratos programa acima mencionados foram atualizados, passando a um único contrato programa, com a designação de “Contrato Programa para Gestão de Edifícios e Equipamentos Municipais”.

Este novo contrato programa engloba os serviços mencionados nos dois contratos anteriores, com o acréscimo dos serviços de limpeza das Unidades de Saúde Familiar e Unidades de Serviços Partilhados do Concelho de Paços de Ferreira (Unidade de Saúde de Paços de Ferreira e Unidade de Saúde de Freamunde), e manutenção, conservação e vigilância do Parque de Lazer de Freamunde.

Com a celebração deste novo contrato programa, a Câmara Municipal de Paços de Ferreira paga à Gespaços uma importância mensal de 40.107,71 Euros, para suportar os encargos resultantes dessa transferência de competências.

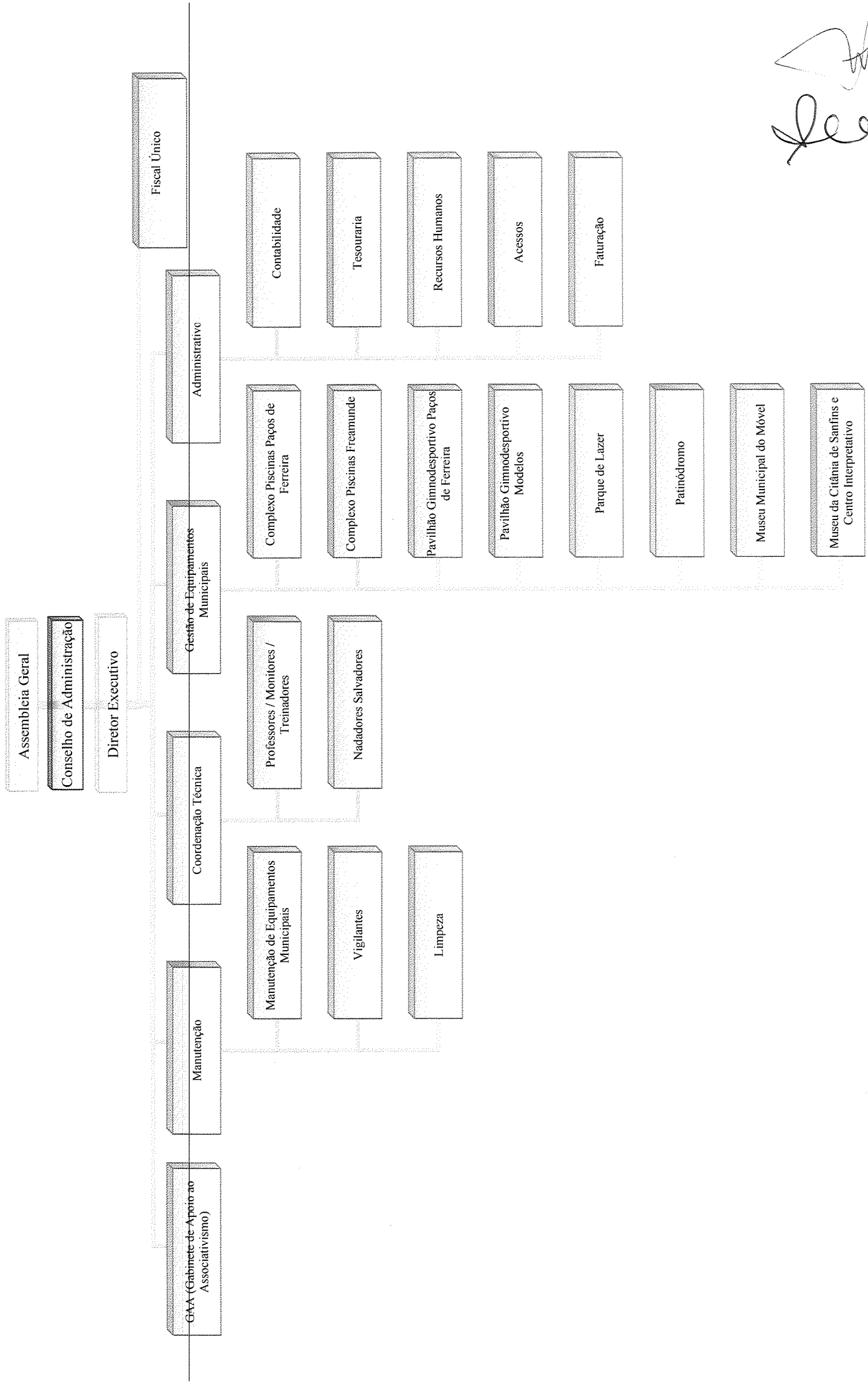


3. A organização administrativa e os Recursos Humanos

O Conselho de Administração da Gespaços, durante o ano de 2025, acompanhou a atividade corrente da Empresa, e tomou as deliberações que se tornaram necessárias para dinamizar a atividade da empresa, principalmente com o acréscimo de trabalhos que a empresa teve com o Parque Urbano de Paços de Ferreira, Parque de Lazer de Freamunde, Unidades de Saúde e Pavilhões Desportivos.

Em 31 de Dezembro de 2025, a estrutura de recursos humanos da Empresa, era como se segue:

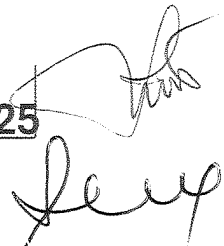
Função	Número
Diretor/Coordenador	2
Administrativo do GAA	1
Responsável de Manutenção	1
Técnico Oficial de Contas	1
Professores	5
Nadadores Salvadores	4
Monitores	4
Administrativos	17
Técnica de Museus	1
Manutenção	12
Segurança e Vigilância	8
Limpeza	26
Contratos a Termo Certo	15
Total	97



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA



I. Situação da Empresa

Em virtude da empresa ter entrado no vigésimo quarto ano de atividade e a exemplo do que tem sido feito nos anos anteriores, é possível efetuar uma análise comparativa da evolução do seu património, dos proveitos, dos custos e conseqüentemente dos resultados, relativamente aos períodos anteriores.

Devemos realçar que em cumprimento dos números 1 e 2 do artigo 3º do Decreto Lei nº 192/2015, de 11 de setembro, que aprovou o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), juntamente com o artigo 114º da Lei nº 2/2020, de 31 de março, que as demonstrações financeiras apresentadas neste Relatório foram elaboradas em conformidade com as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Entende-se como importante a referência a alguns aspetos de carácter económico – financeiro, sem deixar de se ter em consideração o carácter público do serviço prestado pela Gespaços, alavancado pelo carácter eminentemente social desses serviços que presta, numa estreita colaboração com o município de Paços de Ferreira.

I.1. Rendimentos e Gastos

Vendas e Prestações de Serviços e Outros Rendimentos e Ganhos

	2025	2024	2023
Vendas e Prestações de serviços:	836 487,59	808 327,53	717 872,86
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	315 721,43	255 474,83	251 849,13
Utentes	506 673,49	513 940,96	428 062,65
Outras entidades	14 092,67	38 911,74	37 961,08
Subsídios à Exploração	2 443 079,59	2 504 733,98	2 194 424,13
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	2 443 079,59	2 504 733,98	2 194 424,13
Reversões	0,00	90,00	92 366,00
Em dívidas a receber	0,00	90,00	92 366,00
Outros Rendimentos e Ganhos	146 538,30	88 273,30	126 843,00
Aluguer de Equipamento	47 233,32	49 487,14	52 102,65
Outros rendimentos suplementares	0,00	7 819,95	4 113,67
Imputação de Subsídios para Investimentos	9 521,67	30 765,42	30 765,00
Outros rendimentos e ganhos não especificados	89 783,31	200,79	39 861,68
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	95,83
Juros de depósitos	0,00	0,00	95,83
Total Geral	3 426 105,48	3 401 424,81	3 131 505,99

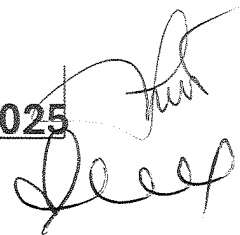
	2025	2024	2023
Vendas e Prestações de serviços:	24,42%	23,76%	22,92%
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	37,74%	39,06%	43,98%
Utentes	60,57%	63,58%	59,63%
Outras entidades	1,68%	4,81%	5,29%
Subsídios à Exploração	71,31%	73,64%	70,08%
Subsídios de outras entidades	0,00%	0,00%	0,00%
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	100,00%	100,00%	100,00%
Reversões	0,00%	0,00%	2,95%
Em dívidas a receber	#DIV/0!	0,00%	100,00%
Outros Rendimentos e Ganhos	4,28%	2,60%	4,05%
Aluguer de Equipamento	32,23%	56,06%	41,08%
Outros rendimentos suplementares	0,00%	8,86%	3,24%
Imputação de Subsídios para Investimentos	61,27%	0,23%	31,43%
Outros rendimentos e ganhos não especificados	0,00%	0,00%	0,00%
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00%	0,00%	0,00%
Juros de depósitos	0,00%	0,00%	0,00%

Fornecimentos e Serviços Externos, Gastos com o Pessoal, Outros Gastos e Perdas e Gastos/Reversões de depreciação e de amortização

Os custos operacionais suportados com os vários equipamentos sob gestão da Gespaços, que ascenderam a 3.449.094 € em 2025, dividem-se em grande medida:

	2025	2024	2023
Fornecimentos e Serviços Externos	1 161 562,62	1 332 272,35	1 147 556,88
Gastos com o Pessoal	1 816 342,87	1 610 446,08	1 386 905,14
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	79 142,03	36 937,34	20 750,00
Outros Gastos e Perdas	39 258,08	32 287,20	145 377,65
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	352 787,97	364 818,89	363 369,12
Total Geral	3 449 093,57	3 376 761,86	3 063 958,79

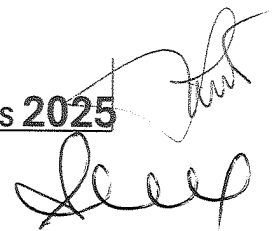
	2025	2024	2023
Fornecimentos e Serviços Externos	33,68%	39,45%	37,45%
Gastos com o Pessoal	52,66%	47,69%	45,27%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	2,29%	1,09%	0,68%
Outros Gastos e Perdas	1,14%	0,96%	4,74%
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	10,23%	10,80%	11,86%



Nos Custos com Pessoal em 2025, destaca-se o aumento desta rubrica, a mais significativa da estrutura de custos, o valor ascendeu a 1.816.343€.

Relativamente aos FSE no montante de 1.161.563 €, dos quais se destacam o aumento dos custos com trabalhos especializados, motivados pela assistência às candidaturas a apoios a fundos comunitários.

Fornecimentos e serviços externos	2025	2024	2023
Trabalhos especializados	217 711,93	116 379,90	109 689,97
Publicidade, comunicação e imagem	15 826,48	9 581,50	11 688,00
Vigilância e segurança	11 196,60	11 249,88	7 810,00
Honorários	124 094,28	147 335,33	102 569,81
Comissões	8 084,01	7 353,76	0,00
Conservação e reparação	109 627,41	316 379,47	144 259,44
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	76 723,24	83 168,52	69 938,87
Material de escritório	10 125,50	16 985,84	30 119,45
Material de educação, cultura e recreio	496,49	0,00	0,00
Artigos de higiene e limpeza, vestuário e artigos pessoais	35 550,25	21 900,45	0,00
Eletricidade	94 414,99	153 250,17	158 087,57
Combustíveis e lubrificantes	5 333,02	1 168,42	1 317,98
Água	165 105,64	102 757,85	128 379,00
Outros fluidos	179 810,77	203 819,36	275 970,40
Deslocações e estadas	553,65	225,50	0,00
Rendas e alugueres	5 949,30	14 360,25	5 145,00
Comunicação	11 497,36	11 376,58	7 633,46
Seguros	18 676,09	13 728,64	16 573,47
Contencioso e notariado	871,64	80,00	1 371,10
Despesas de representação dos serviços	274,70	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	750,00	48 613,23	42 358,72
Outros serviços	68 889,27	52 557,70	34 644,64
Total Geral	1 161 562,62	1 332 272,35	1 147 556,88



I.2 Resultados

Em consequência dos Rendimentos e Gastos registados em 2025, foi apurado um resultado líquido do período negativo de € 29.683,60.

Resultados	2025	2024	2023
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos:	329 799,88	389 213,22	430 916,87
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	-352 787,97	-364 818,89	-363 369,12
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos):	-22 988,09	24 394,33	67 547,75
Juros e rendimentos similares obtidos	0,00	0,00	95,83
Juros e Gastos Similares suportados	-4 975,98	-178,62	0,00
Resultado antes Impostos:	-27 964,07	24 394,33	67 643,58
Imposto sobre Rendimento do Período	-1 719,53	-5 142,66	-5 236,80
Resultado Líquido do Período:	-29 683,60	19 251,67	62 406,78

I.3. Situação Patrimonial

Capital Próprio

A principal variação do Capital Próprio, ocorrida em 2025, diz respeito à Rubrica – Resultados transitados. Ver nota II do Anexo às Demonstrações Financeiras.

	2025	2024	2023
Património/Capital	11 358 894,07	11 358 894,07	11 358 894,07
Resultados transitados:	-923 780,64	-943 032,31	-1 005 360,34
Outras Variações no Património Líquido	11 567,51	19 089,63	43 394,51
Subtotal:	10 446 680,94	10 434 951,39	10 396 928,24
Resultado Líquido do Período:	-29 683,60	19 251,67	62 406,78
Total do Património Líquido	10 416 997,34	10 454 203,06	10 459 335,02

Passivo

O Passivo da Gespaços apresenta valores que merecem atenção. Registou-se, em 2025, um aumento do Passivo Corrente em relação a 2024. A análise detalhada está devidamente fundamentada no Anexo às Demonstrações Financeiras.

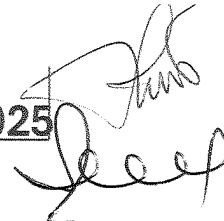
	2025	2024	2023
Passivo não Corrente	642 838,74	12 592,93	11 535,00
Financiamentos Obtidos	632 245,36	0,00	0,00
Outras Contas a Pagar	7 518,47	7 518,47	0,00
Passivo por impostos diferidos	3 074,91	5 074,46	11 535,00
Passivo Corrente	671 450,46	465 143,38	279 217,11
Fornecedores	51 787,68	40 869,52	32 473,85
Estado e Outros Entes Públicos	42 258,90	43 535,40	43 874,08
Financiamentos Obtidos	58 266,96	0,00	0,00
Outras Contas a Pagar	228 479,60	241 404,59	190 389,18
Diferimentos	290 657,32	139 333,87	12 480,00
Total do Passivo:	1 314 289,20	477 736,31	290 752,11
Total do Património Líquido e Passivo	11 731 286,54	10 931 939,37	10 750 087,13

	2025	2024	2023
Total do Património Líquido	88,80%	95,63%	97,30%
Passivo não Corrente	44,30%	2,64%	3,97%
Passivo Corrente	55,70%	97,36%	96,03%
Total do Passivo	11,20%	4,37%	2,70%

Ativo

Em 2024, na Rubrica Outras Contas a Receber que corresponde essencialmente ao saldo das Indemnizações Compensatórias, devidas pela prática de preços sociais nas piscinas de Paços de Ferreira, referentes ao período de 2025, mas a faturar à CMPF no decurso de 2026. Esta análise está devidamente fundamentada no Anexo às Demonstrações Financeiras.

	2025	2024	2023
Ativo não Corrente	9 143 432,77	8 549 973,81	8 863 249,53
Ativos Fixos Tangíveis	9 111 882,47	8 505 838,51	8 855 820,48
Ativos Fixos Intangíveis	24 121,25	36 706,25	0,00
Outros ativos financeiros	7 429,05	7 429,05	7 429,05
Ativo Corrente	2 587 853,77	2 381 965,56	1 886 837,60
Inventários	1 220,30	0,00	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	0,00	28 166,12	0,00
Clientes, contribuintes e utentes	173 368,49	166 874,30	543 178,69
Estado e Outros Entes Públicos	6 252,45	7 959,22	178,20
Outras contas a receber	1 769 085,97	2 025 831,61	972 972,92
Diferimentos	16 005,13	5 076,15	5 059,11
Caixa e Depósitos Bancários	621 921,43	148 058,16	365 448,68
Total do Ativo:	11 731 286,54	10 931 939,37	10 750 087,13



I.4 Prazo Médio de Pagamentos (PMP)

Verificou-se, neste indicador, a manutenção do Prazo Médio em 2025, de 9 dias.

Descrição	2025	2024	2023
Prazo Médio de Pagamentos (dias)	9	9	9

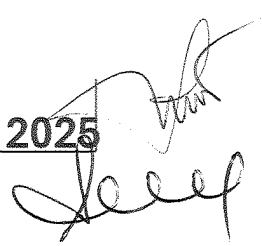
I.5 Prazo Médio de Recebimentos (PMR)

Verificou-se, neste indicador, a diminuição do Prazo Médio em 2025, de 56 dias.

Descrição	2025	2024	2023
Prazo Médio de Recebimentos (dias)	56	86	73

I.6 Dívidas ao Estado e Segurança Social

Devemos aqui mencionar que **não existem dívidas em mora ao Estado e Segurança à Social** à data do encerramento das contas.



EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA EMPRESA

A atual administração da Gespaços SA, continua a apostar na modernização das suas atividades e requalificação de alguns espaços sob a sua gestão para que esta empresa continue a registar um incremento na qualidade e variedade dos serviços prestados e a rentabilizar, de forma cada vez mais eficiente, a utilização e gestão dos recursos de que dispõe,

O sucesso desta evolução e em concreto das infra estruturas ao dispor da Gespaços dependerá, para além de outras condicionantes, da manutenção do carácter público do serviço prestado e, conseqüentemente, da continuidade do apoio da Câmara Municipal de Paços de Ferreira aos projetos desenvolvidos, apresentados e implementados.

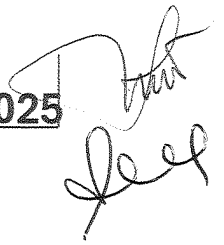
Após o investimento realizado na cobertura das instalações, a Gespaços encontra-se agora numa posição mais sólida para dar continuidade ao seu plano de modernização e crescimento sustentado. Este investimento representa um passo estratégico na melhoria das condições oferecidas aos utentes, permitindo não só uma maior eficiência operacional, mas também a criação de melhores condições de conforto e utilização dos espaços.

Ainda este ano, a empresa prevê avançar com a empreitada relativa ao sistema AVAC, uma intervenção considerada essencial para reforçar a qualidade ambiental, a eficiência energética e o bem-estar de todos os utilizadores das instalações. Esta melhoria permitirá à Gespaços responder de forma mais eficaz às exigências atuais de conforto e sustentabilidade, acompanhando a evolução das necessidades dos seus utentes.

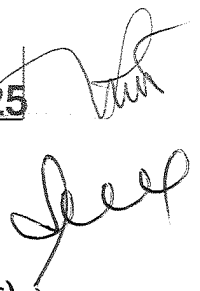
Paralelamente, a Gespaços encontra-se também a desenvolver um processo de transformação digital, com o objetivo de disponibilizar aos seus utentes um conjunto de serviços online que incluirão inscrições, reservas e pagamentos de forma simples, rápida e acessível. Prevê-se que esta plataforma esteja totalmente implementada até ao final de 2026, representando uma importante modernização na relação com os utilizadores e na gestão dos serviços prestados.

Como primeira fase desta aposta digital, a compra online de bilhetes para as piscinas exteriores deverá já estar disponível e em funcionamento durante a presente época balnear, proporcionando maior comodidade aos utentes e melhor organização no acesso aos equipamentos.

Com estas iniciativas, a Gespaços reforça o seu compromisso com a inovação, a modernização dos serviços e a melhoria contínua da experiência dos seus utentes, preparando a empresa para os desafios e oportunidades dos próximos anos.



PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



O Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do período, negativo de **29.683,60 (vinte e nove mil, seiscentos e oitenta e três euros e sessenta cêntimos)**, transite para o período seguinte através da conta de Resultados Transitados.




CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais uma vez, o Conselho de Administração deseja expressar o maior reconhecimento pelo espírito de entreatajuda e pela importante colaboração, prestada por todos aqueles que de alguma forma prestam serviços à nossa Empresa Municipal, o qual é naturalmente extensivo aos fornecedores e outras instituições que colaboraram connosco no ano de 2025.

Importa, muito especialmente, agradecer a confiança depositada na empresa, pelo seu acionista único – **Município de Paços de Ferreira** - que não sairá, cremos nós, em circunstância alguma defraudada, antes pelo contrário, sabendo que este olhará sempre para a Gespaços, com uma visão de “parceiro” e de uma forma atenta.

Paços de Ferreira, 11 de maio se 2026



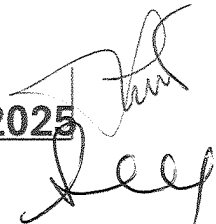
Joaquim Adelino Moreira de Sousa

(PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)



Ana Maria Moreira Leal

(VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)



ANEXO AO

ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

(ARTIGOS 447º E 448º DO CÓDIGO DAS SOCIEDADES COMERCIAIS)

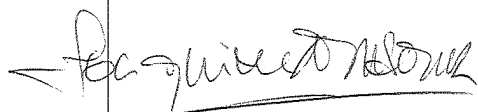
PARTICIPAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL

- Os membros do Conselho de Administração não têm qualquer participação no capital social.
- O Fiscal Único não tem qualquer participação no capital social.

ACIONISTAS QUE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 ERAM DETENTORES DE, PELO MENOS, 10% DO CAPITAL SOCIAL

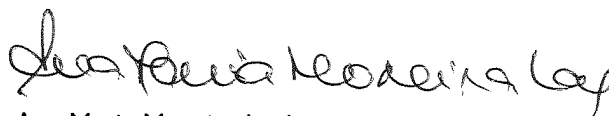
- Câmara Municipal de Paços de Ferreira - 100% do Capital Social

Paços de Ferreira, 11 de maio de 2026



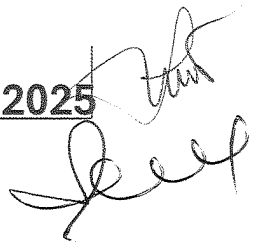
Joaquim Adelino Moreira de Sousa

(PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)



Ana Maria Moreira Leal

(VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)



MAPAS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

BALANÇO

RUBRICAS	Notas	2025	2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	7	9 111 882,47	8 505 838,51
Activos intangíveis	7	24 121,25	36 706,25
Outros activos financeiros	5	7 429,05	7 429,05
		9 143 432,77	8 549 973,81
Activo corrente			
Inventários	15	1 220,30	0,00
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	8	0,00	28 166,12
Clientes, contribuintes e utentes	8	173 368,49	166 874,30
Estado e outros entes públicos	13	6 252,45	7 959,22
Outras contas a receber	9	1 769 085,97	2 025 831,61
Diferimentos	10	16 005,13	5 076,15
Caixa e depósitos	4	621 921,43	148 058,16
		2 587 853,77	2 381 965,56
Total do ACTIVO		11 731 286,54	10 931 939,37
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO			
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital	11	11 358 894,07	11 358 894,07
Resultados transitados	11	-923 780,64	-943 032,31
Outras variações no Património Líquido	11	11 567,51	19 089,63
Resultado líquido do período	11	-29 683,60	19 251,67
Total do Património Líquido		10 416 997,34	10 454 203,06
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos	16	632 245,36	0,00
Passivos por impostos diferidos	14	3 074,91	5 074,46
Outras contas a pagar	14	7 518,47	7 518,47
		642 838,74	12 592,93
Passivo corrente			
Fornecedores	12	51 787,68	40 869,52
Estado e outros entes públicos	13	42 258,90	43 535,40
Financiamentos obtidos	16	58 266,96	0,00
Outras contas a pagar	14	228 479,60	241 404,59
Diferimentos	10	290 657,32	139 333,87
		732 008,79	465 143,38
Total do Passivo		1 314 289,20	477 736,31
Total do Património Líquido e Passivo		11 731 286,54	10 931 939,37

Contabilista Certificado

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO 2025

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital/ Património subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	II	11 358 894,07					-943 032,31			19 089,63	19 251,67	10 454 203,06		10 454 203,06
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
transferências e subsídios de capital														
Correção de erros materiais														
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	II						19 251,67			1 999,55	-19 251,67	1 999,55		1 999,55
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	II						19 251,67			-7 522,12	-19 251,67	-7 522,12		-7 522,12
RESULTADO INTEGRAL OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO														
Realizações de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Subscrição de prémios de emissão														
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	II	11 358 894,07					-923 780,64			11 567,51	-29 683,60	10 416 997,34		10 416 997,34

Contabilista Certificado

A Administração
[Assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO PATRIMÓNIO LÍQUIDO 2024

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital / Património subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos em activos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	II	11 358 894,07					-1 005 360,34			43 394,51	62 406,78	10 459 335,02		10 459 335,02
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	II						-78,75					-78,75		-78,75
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas														
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														
Realização do excedente de revalorização														
Excedentes de revalorização e respetivas variações														
transferências e subsídios de capital														
Correção de erros materiais														
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido	II						62 406,78			-24 304,88	-62 406,78	-24 304,88		-24 304,88
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	II						62 328,03			-24 304,88	-62 406,78	-24 383,63		-24 383,63
RESULTADO INTEGRAL OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	II													
Realizações de capital/património														
Entradas para cobertura de perdas														
Outras operações														
Subscrição de prémios de emissão														
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO	II	11 358 894,07					-943 032,31			19 089,63	19 251,67	10 454 203,06		10 454 203,06

Contabilista Certificado

A Administração




DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2025	2024
Prestações de serviços e concessões	17	836 487,59	808 327,53
Transferências e subsídios correntes obtidos	20	2 443 079,59	2 504 733,98
Fornecimentos e serviços externos	18	-1 161 562,62	-1 332 272,35
Gastos com pessoal	19	-1 816 342,87	-1 610 446,08
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	8	-79 142,03	-36 937,34
Outros rendimentos	21	146 538,30	88 273,30
Outros gastos	22	-39 258,08	-32 287,20
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento		329 799,88	389 391,84
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7	-352 787,97	-364 818,89
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		-22 988,09	24 572,95
Juros e gastos similares suportados	23	-4 975,98	-178,62
Resultado antes de impostos		-27 964,07	24 394,33
Imposto sobre rendimento do período	24	-1 719,53	-5 142,66
Resultado líquido do período		-29 683,60	19 251,67

Contabilista Certificado



A Administração



Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes		905 163,09	1 029 666,31
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		2 606 223,31	1 731 712,59
Pagamentos a fornecedores		-1 360 547,72	-1 535 009,17
Pagamentos ao pessoal		-1 270 242,92	-1 105 731,76
Caixa gerada pelas operações		880 595,76	120 637,97
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	378,99
Outros recebimentos		463 899,33	203 561,75
Outros pagamentos		-1 413 634,39	-495 530,58
Fluxos de caixa das atividades operacionais		-69 139,30	-170 951,87
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-142 533,77	0,00
Ativos intangíveis		0,00	-46 438,65
Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			
Ativos intangíveis Investimentos financeiros			
Outros ativos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
Fluxos de caixa das atividades de investimento		-142 533,77	-46 438,65
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		700 000,00	0,00
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de Financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-9 487,68	0,00
Juros e gastos similares		-4 975,98	0,00
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		685 536,34	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes		473 863,27	-217 390,52
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		148 058,16	365 448,68
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	621 921,43	148 058,16

Contabilista Certificado

A Administração



Anexo às Demonstrações Financeira

1. Identificação da entidade

A GESPAÇOS – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A. é uma empresa local de gestão de serviços de interesse geral, tendo por objeto a promoção e gestão de equipamentos coletivos e prestação de serviços na área da educação, ação social, cultura, saúde e desporto, com sede na Rua Capitão da Praça. O seu principal centro de negócio é exercido no mesmo local. A Empresa é detida a 100% pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos mantidos em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC- AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/20015, de 11 de setembro, e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP) relevantes para a entidade.

Não existiram, no decorrer do exercício, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC-AP que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada das demonstrações financeiras.

Os saldos incluídos nas rubricas do Balanço e da Demonstração dos resultados, bem como as políticas contabilísticas e critérios de mensuração adotados, com referência a 31 de dezembro de 2025 e ao período de doze meses findos naquela data, respetivamente, são comparáveis com os saldos homólogos utilizados na preparação das demonstrações financeiras referentes a 31 de dezembro de 2024.

Um segmento é uma atividade ou grupo de atividades que se distinguem entre si, numa instituição e para as quais é conveniente avaliar o desempenho de cada uma delas, para atingir objetivos e posterior tomada de decisões quanto à melhor afetação de recursos. Para que um segmento seja devidamente identificado de forma independente, cada entidade deve ser capaz de distinguir de forma clara as atividades ou grupos de atividades que o compõem. Essa identificação pode seguir critérios distintos, como áreas de serviços ou áreas geográficas, ou até uma combinação de ambos.

De acordo com o parecer da Comissão de Normalização Contabilística, caberá à entidade pública avaliar, tendo presente os fatos e circunstâncias relevantes, se existem utilizadores ou potenciais da segregação da informação financeira por segmentos que justifiquem o custo da respetiva preparação e divulgação, nos termos da NCP 25, em conjugação com a NCP I -Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras, face aos benefícios que daí decorreriam.

No que respeita á Gespaços, E.M., S.A., para se estruturar a sua atividade por segmentos precisaria de definir quais as áreas ou serviços que apresentam características que justifiquem o tratamento separado das suas informações financeiras. No que concerne à segmentação por áreas geográficas, por exemplo, entendemos não ser aplicável, pois as necessidades e objetivos da atuação da empresa são servir os seus utentes.

A apresentação de relato por segmentos de serviços exigiria que a empresa identificasse atividades claramente distintas em termos de competências e se avaliasse os resultados esperadas dessas atividades. A criação de segmentos independentes por serviços implicaria que algum serviço se destacasse pela criação de receitas e despesas próprias e

fosse distinto dos demais segmentos. Contudo, consideramos que as atividades desenvolvidas não são passíveis de serem consideradas como subsistemas isolados com objetivos e resultados distintos e independentes da atividade da empresa.

Consideramos por isso que a informação disponível e incluída nos documentos de prestação de contas, possibilita uma compreensão abrangente da atividade da empresa. No relatório de gestão, a Gespaços, E.M., S.A. inclui capítulos de análise e evolução relativos aos subsistemas da Contabilidade Orçamental, incluindo as Grandes Opções do Plano e da Contabilidade de Gestão que permite às partes interessadas avaliarem o desempenho da empresa. Consideramos, assim, que a informação disponível e incluída no documento de prestação de contas possibilita uma compreensão adequada e abrangente da atividade da empresa, não se identificando, nas circunstâncias atuais, que possam existir utilizadores que pudessem beneficiar desta informação adicional.

A contabilidade de gestão destina-se a produzir informação relevante e analítica sobre custos, e sempre que se justifique, sobre rendimentos e resultados, para satisfazer uma variedade de necessidades de informação dos gestores e dirigentes municipais/empresas na tomada de decisões. Neste âmbito, o tratamento contabilístico do custo corresponde à reclassificação dos gastos por funções, atividades, programas, objetivos ou outra finalidade de interesse para a Gespaços, E.M., S.A. e utilizadores externos. O SNC-AP veio estabelecer a base para o desenvolvimento de um sistema de contabilidade de gestão nas Administrações Públicas, definindo os requisitos gerais para a sua apresentação, dando orientações para a sua estrutura e desenvolvimento e prevendo requisitos mínimos para o seu conteúdo e divulgação. Reconhecendo a importância da Contabilidade de Gestão, no sentido de obter uma melhor informação de gestão que contribua para reforçar a otimização de recursos e respeitar os requisitos específicos do parágrafo 37 da NCP 27, a empresa adoptou a partir de janeiro de 2025.

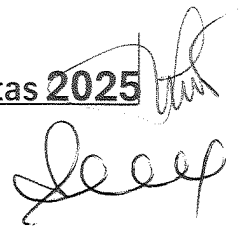
3. Principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, nos pressupostos subjacentes da continuidade das operações e do regime do acréscimo, atentos às características qualitativas da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade, conforme o disposto nas BADF.

As principais políticas contabilísticas e os critérios de mensuração, aplicados na elaboração destas demonstrações financeiras, encontram-se descritas abaixo, os quais foram aplicados consistentemente ao longo do tempo, salvo indicação em contrário.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou ao custo considerado (“deemed cost”), no caso dos adquiridos até 31 de dezembro de 2009, o qual corresponde ao custo de aquisição ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. Não é considerada qualquer quantia residual. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, a partir da data em que os bens estejam disponíveis para uso, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, à exceção dos terrenos que não são depreciables. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva, para refletir as novas expectativas.



As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como se segue (em anos):

Grupo homogéneo	Vida Útil
Edifícios e outras construções	10-50 anos
Equipamento básico	5-20 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	3-10 anos

Os dispêndios com reparações, que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registados como gasto do período em que são incorridos, assim como os dispêndios com inspeção e conservação dos mesmos.

Os ativos fixos tangíveis em curso, quando aplicável, referem-se a ativos em fase de construção, sendo registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar, de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis resultantes da alienação ou abate de ativos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", respetivamente.

Ativos intangíveis

É aplicado aos ativos intangíveis, as mesmas linhas de orientação dos tangíveis, no que se refere à mensuração, reconhecimento e amortização dos mesmos.

Imparidade em ativos fixos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período como gasto, numa base do acréscimo, conforme o disposto na NCRF 10.

Instrumentos financeiros

i) Contas a receber de Clientes e Outras Devedores

As dívidas de “Clientes” e “Outros Devedores” são mensuradas ao método do custo, encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de perdas de imparidade, reconhecidas na rubrica perdas por imparidade em contas a receber, não obstante a maioria das vendas ser realizada em condições normais de crédito.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de “Clientes” e “Outros Devedores” de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. Se assim for é de imediato reconhecida a respetiva perda por imparidade para que os saldos das contas a receber reflitam o seu valor realizável líquido. As perdas por imparidade são registadas em sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a entidade tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

ii) Contas a pagar de Fornecedores e Outras Credores

As dívidas a “Fornecedores” e “Outros Credores” são mensuradas ao método do custo, encontram-se registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

iii) Financiamentos Obtidos

Os financiamentos obtidos são registados pelo método do custo (utilizando uma das opções da NCRF 27), no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data de balanço.

Caixa e seus equivalentes

A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa”, inclui caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo de elevada liquidez.

Provisões

São constituídas provisões sempre que a Empresa tenha uma obrigação futura (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que seja provável que uma diminuição, estimada com fiabilidade, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser necessária para liquidar essa obrigação. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Especialização do Período

A Empresa regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização, pelo qual as mesmas são reconhecidas em rendimentos e gastos, respetivamente, à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e o correspondente reconhecimento em resultados do período são registadas nas rubricas de “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.



Subsídios do Governo

Os subsídios do Governo apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Empresa irá cumprir as condições para a sua atribuição e que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são inicialmente reconhecidos no Capital Próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do período, de forma consistente e proporcional com as depreciações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

Os subsídios à exploração são reconhecidos em rendimento do período, de acordo com o princípio do balanceamento entre benefício e custo.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos.

Reconhecimento do rédito

O rédito compreende o justo valor da retribuição recebida ou a receber, líquida de impostos, abatimentos de preços e descontos concedidos, sendo reconhecido através das operações de venda e de prestação de serviços.

Quando o rédito é proveniente da venda de bens, apenas é reconhecido quando:

- i) São transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens,
- ii) Não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos,
- iii) A quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada,
- iv) Seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa, e
- v) Os custos incorridos ou a serem incorridos, referentes à transação ser fiavelmente mensurados.

Quando o rédito é proveniente da prestação de serviços apenas é reconhecido quando:

- i) A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada,
- ii) Seja provável que os benefícios económicos associados à transação fluam para a entidade,
- iii) A fase de acabamento da transação à data de fim de período seja fiavelmente mensurada, e
- iv) Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito decorrente das vendas e prestação de serviços não é reconhecido se existirem dúvidas quanto à aceitação da venda ou prestação do serviço ou quanto à cobrança do produto da venda ou da prestação de serviços.

Imposto sobre o rendimento

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da entidade de acordo com as regras fiscais em vigor, enquanto que o imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal).

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e avaliados anualmente, utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos serão reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada período é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura. Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Julgamentos e principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material, nas quantias escrituradas de ativos e de passivos no decurso do ano financeiro seguinte)

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- i) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber, e
- iii) provisões.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível, à data da preparação das demonstrações financeiras, e com base no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

4. Fluxo de caixa

O caixa e seus equivalentes incluem numerário e depósitos bancários à ordem, sendo a sua decomposição a 31 de dezembro de 2025 e 2024 a seguinte:

	2025	2024
Caixa	13 314,26	6 297,71
Depósitos bancários	608 607,17	141 760,45
Total....	621 921,43	148 058,16

5. Outros ativos financeiros

O valor desta rubrica refere-se ao Fundo de Compensação Salarial

6. Partes relacionadas

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024, os saldos (com IVA) e transações efetuadas (sem IVA) com partes relacionadas podem ser resumidos da forma que se segue:

Parte Relacinada	Saldos a receber em 2025	Saldos a receber em 2024	Saldos a pagar em 2025	Saldos a pagar em 2024
Câmara Munic. Paços de Ferreira - C/C	0,00	28 166,11	0,00	0,00
Total ...	0,00	28 166,11	0,00	0,00

Parte Relacionada	Prest. Serv. e Out. Rend. em 2025	Prest. Serv. e Out. Rend. em 2024	Compras em 2025	Compras em 2024
Câmara Munic. Paços de Ferreira	2 901 398,23	2 760 208,81	0,00	0,00
Total ...	2 901 398,23	2 760 208,81	0,00	0,00

(valores sem IVA)

Os montantes de 2025 relativo às partes relacionadas inclui um total de 315.781,96€ a título de Prestações de Serviços e 2.585.616,27€ em subsídios à exploração. Relativo aos subsídios à exploração, 2.015.565,75€ referem-se a Indemnizações Compensatórias, devidas pela prática de preços sociais nas piscinas de Paços de Ferreira e Freamunde e no Pavilhão Municipal de Paços de Ferreira e os restantes 570.050,52€ são referentes aos contratos-programa.

7. Ativos fixos tangíveis e intangíveis

No ativo fixo tangível foram verificados os seguintes movimentos:

	Edifícios	Básico	Transporte	Administrativo	fixos tangíveis	em Curso	
31 de Dezembro de 2023							
Valor de aquisição ou reavaliado	13 620 234,21	973 401,47	12 476,52	98 688,24	64 625,40	0,00	14 769 425,84
Depreciação acumulada	5 011 248,66	738 648,19	7 538,33	93 619,26	62 550,92	0,00	5 913 605,36
Valor líquido	8 608 985,55	234 753,28	4 938,19	5 068,98	2 074,48	0,00	8 855 820,48
31 de Dezembro de 2023							
Valor líquido em 1de Janeiro de 2024	8 608 985,55	234 753,28	4 938,19	5 068,98	2 074,48	0,00	8 855 820,48
Excedentes de revalorização	0,00	67,98	0,00	8,59	2,18	0,00	78,75
Aquisições	6 500,00	7 366,92	0,00	0,00	0,00	0,00	13 866,92
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	296 963,11	64 107,63	1559,52	996,12	143,76	0,00	363 770,14
Depreciação - alienações e transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2024	8 318 522,44	178 080,55	3 378,67	4 081,45	1 932,90	0,00	8 505 838,51
31 de Dezembro de 2024							
Valor de aquisição ou reavaliado	13 626 734,21	980 768,39	12 476,52	98 688,24	64 625,40	0,00	14 783 292,76
Depreciação acumulada	5 308 211,77	802 823,80	9 097,85	94 623,97	62 696,86	0,00	6 277 454,25
Valor líquido	8 318 522,44	177 944,59	3 378,67	4 064,27	1 928,54	0,00	8 505 838,51
31 de Dezembro de 2024							
Valor líquido em 1de Janeiro de 2025	8 318 522,44	177 944,59	3 378,67	4 064,27	1 928,54	0,00	8 505 838,51
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições	1448 462,89	142 533,77	0,00	0,00	0,00	0,00	1590 996,66
Alienações	644 749,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	644 749,73
Depreciação do exercício	299 281,53	38 384,88	1559,52	833,28	143,76	0,00	340 202,97
Depreciação - alienações e transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2025	8 822 954,07	282 093,48	1 819,15	3 230,99	1 784,78	0,00	9 111 882,47
31 de Dezembro de 2025							
Valor de aquisição ou reavaliado	14 430 447,37	1 123 302,16	12 476,52	98 688,24	64 625,40	0,00	15 729 539,69
Depreciação acumulada	5 607 493,30	841 208,68	10 657,37	95 457,25	62 840,62	0,00	6 617 657,22
Valor líquido	8 822 954,07	282 093,48	1 819,15	3 230,99	1 784,78	0,00	9 111 882,47

No ativo fixo intangível foram verificados os seguintes movimentos:

	Ativo intangíveis de domínio	Projetos de Desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros activos intangíveis	Investimentos em Curso	Total
31 de Dezembro de 2024							
Valor de aquisição ou reavaliado	0,00	0,00	37 755,00	0,00	0,00	0,00	37 755,00
Depreciação acumulada	0,00	0,00	1048,75	0,00	0,00	0,00	1048,75
Valor líquido	0,00	0,00	36 706,25	0,00	0,00	0,00	36 706,25
31 de Dezembro de 2024							
Valor líquido em 1de Janeiro de 2025	0,00	0,00	36 706,25	0,00	0,00	0,00	36 706,25
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	0,00	0,00	12 585,00	0,00	0,00	0,00	12 585,00
Depreciação - alienações e transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido em 31 de Dezembro de 2025	0,00	0,00	12 585,00	0,00	0,00	0,00	12 585,00
31 de Dezembro de 2025							
Valor de aquisição ou reavaliado	0,00	0,00	37 755,00	0,00	0,00	0,00	37 755,00
Depreciação acumulada	0,00	0,00	13 633,75	0,00	0,00	0,00	13 633,75
Valor líquido	0,00	0,00	24 121,25	0,00	0,00	0,00	24 121,25



8. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 a decomposição era a seguinte:

	2025	2024
Clientes e Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	539 565,29	453 929,07
Perdas por imparidade	-366 196,80	-287 054,77
Partes relacionadas	0,00	28 166,12
Total ...	173 368,49	195 040,42

A dívida de clientes em 2025 com prazo até 90 dias cifra-se em 28.690,25 euros, a dívida de 90 dias a 180 dias é de 62.620,37 euros e a dívida superior a 180 dias é de 448.249,72 euros. As imparidades criadas foram 79.142,03 euros em 2025

9. Outras contas a receber

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2025	2024
Outras contas a receber	6 136,02	6 136,02
Imparidade das contas a receber	0,00	0,00
Outras contas a receber (liquido)	6 136,02	6 136,02
Outras contas a receber de partes relacionadas	1 762 949,95	2 019 695,59
Total ...	1 769 085,97	2 025 831,61

Os montantes relativos às partes relacionadas referem-se à faturação, a referente às Indemnizações Compensatórias e aos descontos e isenções do mês de dezembro, devidas pela prática de preços sociais nas piscinas de Paços de Ferreira, referentes ao período de 2024 e a faturar à CMPF no decurso de 2025.

10. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 esta conta era constituída maioritariamente por seguros pagos e rendas recebidas antecipadamente.

	2025	204
Seguros e Outros gastos	16 005,13	5 076,15
Rendas, Subsídios e Outros rendimentos	-290 657,32	-139 333,87
Total ...	-274 652,19	-134 257,72

Os montantes relativos á rúbrica rendas, subsídios e outros rendimentos, referem-se aos valores faturados e pagos aos utentes de mensalidades de 2026 e o valor de 250.000,00, referente a um recebimento a título de investimento de na atividade cultural "Chairs", cuja a obra será efetuada em 2026.

11. Capital Próprio

O Capital Social, inteiramente realizado e detido a 100% pela Câmara Municipal de Paços de Ferreira, à data de 31 de dezembro de 2025 ascendia a 11.358.894 euros, representado por 189 314 901 (cento e oitenta e nove milhões trezentos e catorze mil novecentos e uma) ações nominativas e tituladas, com o valor nominal de 0,06 euros (seis cêntimos) cada.

Ao nível dos Resultados Transitados verificamos a seguinte evolução, após dos saldos de 2025:

	2025	2024
Resultados Transitados - Saldo Inicial	-943 032,31	-1 005 360,34
Ajustamentos de reorganização de operações	0,00	-78,75
Aplicação de Resultados do Exercício N-I	19 251,67	62 406,78
Total ...	-923 780,64	-943 032,31

A rubrica de “Outras Variações no Capital Próprio” inclui os subsídios para investimentos, líquidos de impostos diferidos, que foram atribuídos à GESPAÇOS no âmbito da Promoção da Eficiência Energético-Ambiental nas piscinas municipais de Paços e Ferreira e Freamunde e nos pavilhões de municipais de Paços de Ferreira e Modelos, ao abrigo do Programa Operacional Regional do Norte – ON2 aprovado em 2013.

12. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2025	2024
Fornecedores e outros credores	51 787,68	40 869,52
Partes relacionadas	0,00	0,00
Total ...	51 787,68	40 869,52

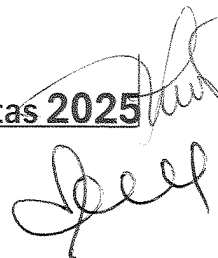
A dívida de fornecedores em 2025 com prazo até 90 dias cifra-se em 51.787,68 euros

13. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 os montantes a haver e a pagar ao Estado e a outros entes públicos podem ser analisados da seguinte forma:

Saldos Devedores	2025	2024
Imposto sobre Rend. P. Colectivas	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado	6 252,45	7 959,22
Total ...	6 252,45	7 959,22

Saldos Credores	2025	2024
Imposto sobre Rend. P. Colectivas	1 719,53	418,66
Imposto sobre o Valor Acrescentado	2 199,15	10 253,87
Imposto sobre Rend. P. Singulares	5 207,76	4 249,21
Contribuições para a Segurança Social	33 132,46	28 613,66
Total ...	42 258,90	43 535,40



14. Outras contas a pagar

14.1 Outras contas a pagar – Passivo corrente

Resumindo, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

Saldos Credores	2025	2024
Remunerações a liquidar	219 755,09	229 074,55
Outros acréscimos de gastos	8 724,51	12 330,04
Total ...	228 479,60	241 404,59

14.2 Passivo não corrente - Passivos por impostos diferidos

Saldos Credores	2025	2024
ON2 - Piso Pavilhão	3 074,91	5 074,46
Outros	7 518,47	7 518,47
Total ...	10 593,38	12 592,93

15. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 os montantes dos inventários eram:

	2025	2024
Mercadorias	1 220,30	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00
Total ...	1 220,30	0,00

16. Financiamentos Obtidos

O financiamento obtido está, na sua integralidade, denominados em euros e compreende:

Crédito em regime de contrato de empréstimo - Em 9 de Outubro de 2025 foi celebrado um contrato de abertura de um crédito em regime de contrato de empréstimo contraída junto da entidade bancária Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Paredes, C.R.L., para apoio à tesouraria da Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, EM., no valor de 700.000,00 € (setecentos mil euros).

Este contrato de abertura de crédito, tem associada uma hipoteca sobre o edifício das piscinas municipais de Paços de Ferreira, concelho de Paços de Ferreira, registado a favor da Gespaços – Gestão de Equipamentos Municipais, E.M., S.A., inscrito na respetiva matriz predial urbana sob o artigo 1138, com o valor patrimonial de 5.652.950,12 euros.

Resumindo esta rubrica apresentava em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 seguinte decomposição:

	2025	2024
Dívida não corrente	632 245,36	0,00
Dívida corrente	58 266,96	0,00
Total ...	690 512,32	0,00

17. Vendas e Prestações de Serviços

As vendas e prestações de serviços registadas no período de 2025 e de 2024, podem ser analisadas da seguinte forma:

	2025	2024
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	315 721,43	255 474,83
Utentes	506 673,49	513 940,96
Outras entidades	14 092,67	38 911,74
Total ...	836 487,59	808 327,53

18. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2025	2024
Outros Flúidos	179 810,77	203 819,36
Electricidade	94 414,99	153 250,17
Honorários	124 094,28	147 335,33
Água	165 105,64	102 757,85
Conservação e Reparação	109 627,41	316 379,47
Limpeza, higiene e conforto	36 300,25	70 513,68
Trabalhos especializados	217 711,93	116 379,90
Ferramentas e utens. desg. rápido	76 723,24	83 168,52
Outros	157 774,11	138 748,07
Total ...	1 161 562,62	1 332 352,35

19. Gastos com o pessoal

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2025	2024
Salários e ordenados	1 444 217,51	1 256 079,84
Gastos com rescisão de contratos	10 412,11	63 034,76
Contribuições para a segurança social	312 047,61	266 952,20
Seguro de acidentes de trabalho	30 513,26	23 955,22
Outras despesas c/ pessoal	19 152,38	424,06
Total ...	1 816 342,87	1 610 446,08

Os outros gastos com o pessoal englobam medicina no trabalho, entre outros.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de dezembro de 2025 foi de:

	2025	2024
Número médio de empregados	93,00	80,00
Número de empregados no fim do período	97,00	81,00

20. Transferências e subsídios correntes obtidos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2025	2024
Câmara Municipal de Paços de Ferreira	2 443 079,59	2 504 733,98
Outras entidades	0,00	0,00
Total ...	2 443 079,59	2 504 733,98

21. Outros rendimentos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2025	2024
Aluguer de Equipamento	47 233,32	49 487,14
Outros rendimentos suplementares	1 050,26	7 819,95
Imputação de subsídios para Investimentos	9 521,67	30 765,42
Restituição de impostos	87 200,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos não especificados	1 533,05	200,79
Total ...	146 538,30	88 273,30

22. Outros gastos

Os outros gastos e perdas, à data de 31 de dezembro de 2025 e 2024, repartiam-se do seguinte modo:

	2025	2024
Impostos	36 681,08	31 838,03
Correcções relativas a períodos anteriores	0,00	448,17
Multas não fiscais	2 577,00	0,00
Outros gastos e perdas	0,00	1,00
Total ...	39 258,08	32 287,20

23. Resultados financeiros líquidos

Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 esta rubrica apresentava a seguinte decomposição:

	2024	2024
Juros suportados:		
Financiamentos obtidos	4 975,98	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	178,62
Total ...	4 975,98	178,62

24. Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento estão reconhecidos na demonstração dos resultados dos períodos findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023:

	2024	2023
Imposto corrente*	1 719,53	5 142,66
Imposto diferido	0,00	0,00
Total ...	1 719,53	5 142,66

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, sendo que, na opinião da Administração, não é previsível que ocorram correções com impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2025.

Informamos ainda que a 31 de Dezembro de 2025 a Empresa tem a situação regularizada perante a Segurança Social e a Administração Fiscal.

25. Passivos Contingentes

Não existem obrigações da Empresa que possam ser consideradas passivos contingentes.

26. Divulgações exigidas por diplomas legais

Em conformidade com o disposto na b), n.º I do Art.º 66º-A, os honorários do Revisor Oficial de Contas, relativos à Certificação Legal das Contas, em 2025 e 2024 foram os seguintes (valores sem IVA):

	2025	2024
Honorários do Revisor Oficial de Contas	4 200,00	4 200,00
Total ...	4 200,00	4 200,00

27. Outras Informações

Não aplicável

28. Data de autorização para emissão

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pelo órgão de gestão e autorizadas para emissão em 15 de maio de 2026.

Execução Orçamental da Despesa

Descrição	Despesas por pagar, períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/descativos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Despesa corrente												
Despesas com o pessoal	45 256,72	1 947 703,00	0,00	1 860 133,71	1 860 133,71	44 256,72	1 775 415,93	1 819 672,65	0,00	40 461,06	2,272	91,154
Remunerações certas e permanentes	12 666,39	1 463 402,00	0,00	1 418 951,56	1 418 951,56	12 666,39	1 389 965,04	1 402 631,43	0,00	16 320,13	0,866	94,982
Pessoal quadros-Regime contrato individ. trabalho	12 666,39	1 087 794,00	0,00	1 085 907,26	1 085 907,26	12 666,39	1 057 455,58	1 070 121,97	0,00	15 785,29	1,164	97,211
Pessoal em Funções	12 666,39	1 087 794,00	0,00	1 085 907,26	1 085 907,26	12 666,39	1 057 455,58	1 070 121,97	0,00	15 785,29	1,164	97,211
Representação	0,00	1 800,00	0,00	1 800,00	1 800,00	0,00	1 783,50	1 783,50	0,00	16,50	0,000	99,083
Suplementos e prémios	0,00	61 500,00	0,00	23 793,00	23 793,00	0,00	23 589,83	23 589,83	0,00	203,17	0,000	38,357
Subsídio de refeição	0,00	128 260,00	0,00	124 287,42	124 287,42	0,00	124 287,42	124 287,42	0,00	0,00	0,000	96,903
Subsídio de férias e de Natal	0,00	184 048,00	0,00	183 163,88	183 163,88	0,00	182 846,71	182 846,71	0,00	315,17	0,000	99,348
Abonos variáveis ou eventuais	13 000,00	94 301,00	0,00	62 574,45	62 574,45	12 000,00	49 078,69	61 078,69	0,00	1 495,76	12,725	52,045
Horas extraordinárias	0,00	5 500,00	0,00	2 606,05	2 606,05	0,00	2 575,45	2 575,45	0,00	30,60	0,000	46,826
Ajudas de custo	0,00	9 100,00	0,00	9 063,50	9 063,50	0,00	9 031,85	9 031,85	0,00	31,65	0,000	99,251
Abono para falhas	0,00	3 700,00	0,00	3 691,00	3 691,00	0,00	3 691,00	3 691,00	0,00	0,00	0,000	99,757
Formação	0,00	3 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
Subsídio de trabalho nocturno	0,00	9 000,00	0,00	8 946,09	8 946,09	0,00	8 852,83	8 852,83	0,00	93,26	0,000	98,365
Subsídio de turno	0,00	14 000,00	0,00	13 625,70	13 625,70	0,00	13 401,16	13 401,16	0,00	224,54	0,000	95,723
Indemnizações por cessação de funções	13 000,00	40 001,00	0,00	23 412,11	23 412,11	12 000,00	10 296,40	22 296,40	0,00	1 115,71	29,999	25,740
Outros suplementos e prémios	0,00	10 000,00	0,00	1 230,00	1 230,00	0,00	1 230,00	1 230,00	0,00	0,00	0,000	12,300
Outros	0,00	10 000,00	0,00	1 230,00	1 230,00	0,00	1 230,00	1 230,00	0,00	0,00	0,000	12,300
Segurança social	19 590,33	390 000,00	0,00	378 607,70	378 607,70	19 590,33	336 372,20	355 962,53	0,00	22 645,17	5,023	86,249
Contribuições para a segurança social	19 590,33	340 000,00	0,00	331 637,94	331 637,94	19 590,33	289 402,44	308 992,77	0,00	22 645,17	5,762	85,118
Segurança social do pessoal em regime de contrato de trabalho em funções pu	19 590,33	340 000,00	0,00	331 637,94	331 637,94	19 590,33	289 402,44	308 992,77	0,00	22 645,17	5,762	85,118
Segurança social - Regime geral	19 590,33	340 000,00	0,00	331 637,94	331 637,94	19 590,33	289 402,44	308 992,77	0,00	22 645,17	5,762	85,118
Seguros	0,00	50 000,00	0,00	46 969,76	46 969,76	0,00	46 969,76	46 969,76	0,00	0,00	0,000	93,940
Seguros acidentes trabalho doenças profissionais	0,00	30 000,00	0,00	27 170,20	27 170,20	0,00	27 170,20	27 170,20	0,00	0,00	0,000	90,567
Seguros de saúde	0,00	20 000,00	0,00	19 799,56	19 799,56	0,00	19 799,56	19 799,56	0,00	0,00	0,000	98,998
Aquisição de bens e serviços	49 184,30	1 689 000,00	0,00	1 335 646,20	1 327 971,36	41 665,83	1 225 248,62	1 266 914,45	7 674,84	61 036,91	2,467	72,543
Aquisição de bens	388,76	493 000,00	0,00	372 518,34	372 518,34	388,76	352 000,18	353 188,94	0,00	19 329,40	0,079	71,562
Combustíveis e lubrificantes	0,00	254 200,00	0,00	214 157,28	214 157,28	0,00	197 324,29	197 324,29	0,00	16 832,99	0,000	77,626
Gasóleo	0,00	8 000,00	0,00	5 452,90	5 452,90	0,00	5 452,90	5 452,90	0,00	0,00	0,000	68,161
Mazote	0,00	93 000,00	0,00	80 152,59	80 152,59	0,00	63 319,60	63 319,60	0,00	16 832,99	0,000	68,086
Pellets	0,00	153 200,00	0,00	128 551,79	128 551,79	0,00	128 551,79	128 551,79	0,00	0,00	0,000	83,911
Limpeza e higiene	172,50	100 000,00	0,00	44 821,81	44 821,81	172,50	43 726,81	43 899,31	0,00	922,50	0,172	43,727

[Assinatura]
Pag. 59

Relatório e Contas 2025

Descrição	Despesas por pagar período anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/descontos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições		Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
						Períodos anteriores	Período corrente			Total	Períodos anteriores
Vestuário e artigos pessoais	0,00	10 000,00	0,00	9 729,23	9 729,23	0,00	9 729,23	0,00	0,00	0,00	97,292
Material de escritório	0,00	15 000,00	0,00	11 836,48	11 836,48	0,00	11 836,48	0,00	0,00	0,00	78,910
Prêmios, condecorações e ofertas	0,00	1 500,00	0,00	496,49	496,49	0,00	496,49	0,00	0,00	0,00	33,099
Ferramentas e utensílios	2 16,26	110 000,00	0,00	91 477,05	91 477,05	2 16,26	89 686,88	0,00	1 573,91	0,197	81,534
Livros e documentação técnica	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Artigos honoríficos e de decoração	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Material de educação, cultura e recreio	0,00	800,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Outros bens	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Aquisição de serviços	48 795,54	1 196 000,00	0,00	963 127,86	955 453,02	41 277,07	872 448,44	7 674,84	41 727,51	3,451	72,947
Encargos das instalações	25 907,40	346 000,00	0,00	321 608,73	321 608,73	25 907,40	270 778,72	0,00	24 922,61	7,488	78,260
Electricidade	14 623,39	160 000,00	0,00	136 069,49	136 069,49	14 623,39	109 911,89	0,00	11 534,21	9,140	68,695
Água	11 284,01	186 000,00	0,00	185 539,24	185 539,24	11 284,01	160 866,83	0,00	13 388,40	6,067	86,488
Limpeza e higiene	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Conservação de bens	7 518,47	200 000,00	0,00	106 298,62	106 298,62	0,00	98 780,15	0,00	7 518,47	0,00	49,390
Locação de outros bens	0,00	25 000,00	0,00	6 777,30	6 777,30	0,00	6 777,30	0,00	0,00	0,00	27,109
Comunicações	204,51	20 000,00	0,00	14 334,13	14 285,29	204,51	13 127,90	48,84	952,88	1,023	65,640
Transportes	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Representação dos serviços	0,00	1 000,00	0,00	187,40	187,40	0,00	187,40	0,00	0,00	0,00	18,740
Seguros	0,00	20 000,00	0,00	19 687,56	19 687,56	0,00	19 687,56	0,00	0,00	0,00	98,438
Deslocações e estadas	0,00	1 000,00	0,00	541,85	541,85	0,00	541,85	0,00	0,00	0,00	54,185
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	0,00	6 000,00	0,00	5 714,80	5 714,80	0,00	5 714,80	0,00	0,00	0,00	95,247
Formação	0,00	10 000,00	0,00	8 982,66	8 982,66	0,00	8 982,66	0,00	0,00	0,00	89,827
Seminários, exposições e similares	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Publicidade	0,00	14 000,00	0,00	11 562,00	11 562,00	0,00	9 717,00	1 845,00	0,00	0,00	69,407
Vigilância e segurança	0,00	19 000,00	0,00	13 771,82	13 771,82	0,00	13 771,82	0,00	0,00	0,00	72,483
Assistência técnica	0,00	60 000,00	0,00	51 892,72	51 892,72	0,00	51 892,72	0,00	0,00	0,00	86,488
Outros trabalhos especializados	2 408,21	350 000,00	0,00	305 457,99	299 676,99	2 408,21	291 639,83	5 781,00	5 628,95	0,688	83,326
Serviços de saúde	0,00	2 500,00	0,00	1 726,00	1 726,00	0,00	1 726,00	0,00	0,00	0,00	69,040
Outros serviços	12 756,95	120 000,00	0,00	94 584,28	94 584,28	12 756,95	79 122,73	0,00	2 704,60	10,631	65,936
Juros e outros encargos	0,00	42 500,00	0,00	9 175,98	9 175,98	0,00	9 175,98	0,00	0,00	0,00	21,591
Juros da dívida pública	0,00	37 000,00	0,00	4 975,98	4 975,98	0,00	4 975,98	0,00	0,00	0,00	13,449
Socied.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	0,00	37 000,00	0,00	4 975,98	4 975,98	0,00	4 975,98	0,00	0,00	0,00	13,449
Empréstimos de médio e longo prazos	0,00	37 000,00	0,00	4 975,98	4 975,98	0,00	4 975,98	0,00	0,00	0,00	13,449

[Assinatura]
Pág. 60

Relatório e Contas 2025

Descrição	Despesas por pagar, períodos anteriores	Dotações corrigidas	Cativos/descontos	Compromissos	Obrigações	Despesas pagas líquidas de reposições			Compromissos a transferir	Obrigações por pagar	Grau de execução orçamental	
						Períodos anteriores	Período corrente	Total			Períodos anteriores	Período corrente
Outros juros	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
Outros	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
Outros	0,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
Outros encargos financeiros	0,00	5 000,00	0,00	4 200,00	4 200,00	4 200,00	4 200,00	4 200,00	0,00	0,000	84,000	
Outros encargos financeiros	0,00	5 000,00	0,00	4 200,00	4 200,00	4 200,00	4 200,00	4 200,00	0,00	0,000	84,000	
Outras despesas correntes	0,90	118 002,00	0,00	75 350,32	75 350,32	73 150,27	73 151,17	73 151,17	0,00	2 199,15	61,991	
Diversas	0,90	118 002,00	0,00	75 350,32	75 350,32	73 150,27	73 151,17	73 151,17	0,00	2 199,15	61,991	
Impostos e taxas	0,00	60 000,00	0,00	35 058,08	35 058,08	35 058,08	35 058,08	35 058,08	0,00	0,000	58,430	
Impostos e taxas pagas pela Autarquia	0,00	60 000,00	0,00	35 058,08	35 058,08	35 058,08	35 058,08	35 058,08	0,00	0,000	58,430	
Outras	0,00	60 000,00	0,00	35 058,08	35 058,08	35 058,08	35 058,08	35 058,08	0,00	0,000	58,430	
Outras	0,90	58 002,00	0,00	40 292,24	40 292,24	38 092,19	38 093,09	38 093,09	0,00	2 199,15	65,674	
Outras restituições	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
IVA pago	0,00	48 000,00	0,00	34 116,81	34 116,81	31 917,66	31 917,66	31 917,66	0,00	2 199,15	66,495	
Serviços bancários	0,90	10 000,00	0,00	6 175,43	6 175,43	6 174,53	6 175,43	6 175,43	0,00	0,009	61,745	
Outras	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
Despesas de Capital												
Aquisição de bens de capital	0,00	1 837 502,00	0,00	1 023 020,53	1 023 020,53	1 023 020,53	1 023 020,53	1 023 020,53	0,00	0,000	55,675	
Investimentos	0,00	1 837 502,00	0,00	1 023 020,53	1 023 020,53	1 023 020,53	1 023 020,53	1 023 020,53	0,00	0,000	55,675	
Edifícios	0,00	1 445 000,00	0,00	1 009 920,53	1 009 920,53	1 009 920,53	1 009 920,53	1 009 920,53	0,00	0,000	69,891	
Instalações desportivas e recreativas	0,00	1 445 000,00	0,00	1 009 920,53	1 009 920,53	1 009 920,53	1 009 920,53	1 009 920,53	0,00	0,000	69,891	
Construções diversas	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
Parques e jardins	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
Outros	0,00	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
Equipamento de informática	0,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
Software informático	0,00	15 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
Equipamento administrativo	0,00	2 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
Equipamento básico	0,00	359 400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
Outro	0,00	359 400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000	
Ferramentas e utensílios	0,00	13 100,00	0,00	13 100,00	13 100,00	13 100,00	13 100,00	13 100,00	0,00	0,000	100,000	
Passivos financeiros	0,00	28 000,00	0,00	9 487,68	9 487,68	9 487,68	9 487,68	9 487,68	0,00	0,000	33,885	
Empréstimos a médio e longo prazos	0,00	28 000,00	0,00	9 487,68	9 487,68	9 487,68	9 487,68	9 487,68	0,00	0,000	33,885	
Sociedad.financ.-Bancos e outras instit. financeiras	0,00	28 000,00	0,00	9 487,68	9 487,68	9 487,68	9 487,68	9 487,68	0,00	0,000	33,885	
Total Despesas Correntes	94 441,92	3 797 205,00	0,00	3 280 306,21	3 272 631,37	3 082 990,80	3 168 914,25	3 168 914,25	7 674,84	103 717,12	81,191	
Total Despesas de Capital	0,00	1 865 502,00	0,00	1 032 508,21	1 032 508,21	1 032 508,21	1 032 508,21	1 032 508,21	0,00	0,000	55,347	
Total Geral	94 441,92	5 662 707,00	0,00	4 312 814,42	4 305 139,58	4 115 499,01	4 201 422,46	4 201 422,46	7 674,84	103 717,12	72,677	

[Assinatura]
Pag. 61

Execução Orçamental da Receita

Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas líquidas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas		Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental
						Emittidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente		
Receita corrente											
Taxas, multas e outras penalidades	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Multas e outras penalidades	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Juros de mora	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Transferências correntes	2 594 874,00	28 166,12	2 578 057,19	0,00	2 606 223,31	0,00	0,00	2 586 058,43	2 606 223,31	0,00	99,660
Administração local	2 594 874,00	28 166,12	2 578 057,19	0,00	2 606 223,31	0,00	0,00	2 586 058,43	2 606 223,31	0,00	99,660
Continente	2 594 874,00	28 166,12	2 578 057,19	0,00	2 606 223,31	0,00	0,00	2 586 058,43	2 606 223,31	0,00	99,660
Municípios	2 594 874,00	28 166,12	2 578 057,19	0,00	2 606 223,31	0,00	0,00	2 586 058,43	2 606 223,31	0,00	99,660
CHPF - Indemnizações Compensatórias	2 256 881,00	28 166,12	2 008 006,67	0,00	2 036 172,79	0,00	0,00	2 016 007,91	2 036 172,79	0,00	89,327
CHPF - Contratos Programa	337 993,00	0,00	570 050,52	0,00	570 050,52	0,00	0,00	570 050,52	570 050,52	0,00	168,657
Venda de bens e serviços correntes	1 103 230,00	71 866,72	992 712,83	73,80	905 163,09	0,00	0,00	903 309,69	905 163,09	0,00	81,879
Venda de bens	3,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Material de escritório	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Bens inutilizados	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Outros	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Serviços	1 052 403,00	46 904,15	934 615,82	73,80	896 258,36	0,00	0,00	894 404,96	896 258,36	0,00	84,987
Aluguer de espaços e equipamentos	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Serv. sociais, recreativos, culturais e de desporto	1 052 402,00	46 904,15	934 615,82	73,80	896 258,36	0,00	0,00	894 404,96	896 258,36	0,00	84,987
Serviços culturais	22 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Outros	22 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Serviços desportivos	1 030 402,00	46 904,15	934 615,82	73,80	896 258,36	0,00	0,00	894 404,96	896 258,36	0,00	86,802
Piscinas	975 694,00	46 904,15	898 869,36	73,80	892 321,76	0,00	0,00	891 469,76	892 321,76	0,00	91,368
Pavilhões Desportivos	54 708,00	0,00	35 746,46	0,00	3 936,60	0,00	0,00	2 935,20	3 936,60	0,00	5,365
Rendas	50 824,00	24 962,57	58 097,01	0,00	8 904,73	0,00	0,00	8 904,73	8 904,73	0,00	17,521
Edifícios	50 824,00	24 962,57	58 097,01	0,00	8 904,73	0,00	0,00	8 904,73	8 904,73	0,00	17,521
Outras receitas correntes	514 500,00	1 839,72	462 059,61	0,00	463 899,33	0,00	0,00	462 706,61	463 899,33	0,00	89,933
Outras	514 500,00	1 839,72	462 059,61	0,00	463 899,33	0,00	0,00	462 706,61	463 899,33	0,00	89,933
Outras	514 500,00	1 839,72	462 059,61	0,00	463 899,33	0,00	0,00	462 706,61	463 899,33	0,00	89,933
Diversas	514 500,00	1 839,72	462 059,61	0,00	463 899,33	0,00	0,00	462 706,61	463 899,33	0,00	89,933
Receita de capital											
Venda de bens de investimento	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Terrenos	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000

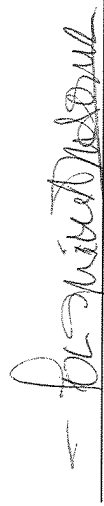
[Handwritten signature]
 Pág. 62 de 62

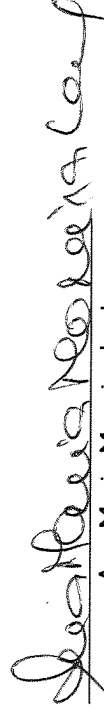
Descrição	Previsões corrigidas	Rec. p/ cobrar per. anteriores	Receitas líquidas	Liquidações anuladas	Receitas cobradas brutas	Reembolsos e Restituições		Receitas cobradas líquidas		Rec. p/ cobrar final do período	Grau exec. orçamental	
						Emitidos	Pagos	Períodos anteriores	Período corrente		Períodos anteriores	Período corrente
Edifícios	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
Sociedades e quase-sociedades não financeiras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
Passivos financeiros	1 450 000,00	0,00	700 000,00	0,00	700 000,00	0,00	0,00	700 000,00	700 000,00	0,00	0,000	48,276
Empréstimos a médio e longo prazos	1 450 000,00	0,00	700 000,00	0,00	700 000,00	0,00	0,00	700 000,00	700 000,00	0,00	0,000	48,276
Sociedades financeiras	1 450 000,00	0,00	700 000,00	0,00	700 000,00	0,00	0,00	700 000,00	700 000,00	0,00	0,000	48,276
Outras receitas												
Outras receitas de capital	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
Outras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
Outras	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
Total Receitas Correntes	4 212 704,00	101 872,56	4 032 829,63	73,80	3 975 285,73	0,00	0,00	3 952 074,73	3 975 285,73	0,00	0,551	93,813
Total Receitas de Capital	1 450 002,00	0,00	700 000,00	0,00	700 000,00	0,00	0,00	700 000,00	700 000,00	0,00	0,000	48,276
Total Outras Receitas	1,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,000	0,000
Total	5 662 707,00	101 872,56	4 732 829,63	73,80	4 675 285,73	0,00	0,00	4 652 074,73	4 675 285,73	0,00	0,410	82,153

Contabilista Certificado


 (MIGUEL ÂNGELO DIOGO TEIXEIRA PINTO - CC N°62433)

A Administração


 Joaquim Adelino Moreira de Sousa
 (PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)


 Ana Maria Moreira Leal
 (VOGAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO)



**CERTIFICAÇÃO LEGAL
DE CONTAS
E PARECER DO FISCAL ÚNICO**

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO*Relatório*

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2025, a atividade da GESPACOS - Gestão de Equipamentos Municipais, EM, SA, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados.

O Balanço, a Demonstração de resultados, a Demonstração das alterações no património líquido, a Demonstração dos fluxos de caixa, o Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Entidade e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

*Parecer**Assim, propomos:*

- 1.º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de resultados, a Demonstração das alterações no património líquido, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício de 2025.
- 2.º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Porto, 9 de junho de 2026

O FISCAL ÚNICO



Maria Madalena Miranda Carneiro Cardoso
(ROC n.º 1442, inscrita na CMVM sob o n.º 20161052)
em representação de BDO & Associados, SROC, S.A.

Exmo. Conselho de Administração da
GESPAÇOS - Gestão de Equipamentos
Municipais, EM, SA
Paços de Ferreira

9 jun 26

psf/bmf/lfm/rag

Exmos. Senhores,

RELATÓRIO ANUAL DA BDO

1. Vimos apresentar o nosso relatório anual sobre a fiscalização efetuada durante o exercício de 2025.

2. Procedemos à revisão legal das contas da GESPAÇOS - Gestão de Equipamentos Municipais, EM, SA (adiante também designada por GESPAÇOS ou Entidade), relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efetuado emitimos a respetiva certificação legal das contas.

3. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis e leitura das atas respetivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela Entidade e que se encontram divulgadas no Anexo.
- Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.
- Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas de contas a receber, vendas e prestações de serviços, subsídios à exploração, contas a pagar, ativos fixos tangíveis e gastos com pessoal, tendo sido efetuados os testes de controlo apropriados.
- Realização dos testes substantivos seguintes, que considerámos adequados em função da materialidade dos valores envolvidos:
 - a) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela Entidade; nos casos em que não foi obtida resposta, efetuámos os procedimentos alternativos que considerámos necessários;
 - b) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela Entidade;

Prunice
B.

- c) Solicitação direta a advogados e outras entidades de informações sobre cobranças em curso, litígios ou ações judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida;
- d) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;
- e) Análise e teste dos vários elementos de rendimentos e gastos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;
- f) Apreciação da política de seguros dos ativos fixos tangíveis e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros.

No decurso do ano tivemos oportunidade de prestar alguns esclarecimentos de natureza fiscal e contabilística que nos foram solicitados.

4. Como corolário do trabalho realizado, solicitámos a V. Exas. que nos fosse enviada a denominada Declaração do órgão de gestão que já recebemos.

5. Em consequência do trabalho efetuado, entendemos conveniente referir os seguintes aspetos, que pela sua natureza ou materialidade, não foram incluídos na Certificação Legal das Contas, parte destes mencionados no ano anterior e que ainda se encontram inalterados:

Indemnizações compensatórias: O montante de indemnizações compensatórias faturado à Câmara Municipal de Paços de Ferreira depende do número de utilizações dos equipamentos municipais para as quais os controlos instituídos, que se mantêm desde pelo menos o exercício de 2013, e melhor detalhados no Relatório apresentado em 17 de abril de 2014, não garantiam com rigor e exatidão as utilizações dos equipamentos, podendo comprometer a imagem verdadeira e apropriada requerida às demonstrações financeiras. Por outro lado, e decorrente do crescimento da atividade económica da Entidade, surgiram recentemente novas modalidades de utilização dos equipamentos municipais cuja categorização nas indemnizações compensatórias, conforme deliberação em 5 de agosto de 2011, poderia não ser a mais adequada. Como resultado da nossa análise, verificámos que não existia uma relação direta entre a indemnização compensatória faturada e a tipologia da modalidade criada, contrariando assim o espírito da deliberação sobre as indemnizações compensatórias. No entanto, no decorrer de 2025 a Entidade implementou um novo sistema de gestão que permite um controlo mais eficaz das entradas e saídas dos utentes.

Cadastro de utentes: Decorrente do nosso trabalho, não nos foi possível obter uma listagem totalizadora dos utentes inscritos nos equipamentos municipais para cada exercício económico, com informação do tipo de modalidade usufruída e condições específicas atribuídas como por exemplo, isenção e desconto. Consideramos que a existência de um cadastro de utentes que garanta a plenitude dos utilizadores dos equipamentos nomeadamente, os utentes que utilizam os equipamentos municipais com carácter recorrente e os utentes que usufruem de condições específicas face ao público geral, é necessário e imprescindível para uma gestão eficiente e em prol das boas práticas da entidade.


*Francisco
BF.*

Contratos Programa: A Câmara Municipal de Paços de Ferreira atribui um subsídio de exploração à Entidade, na sua maior parte como forma de pagamento das indemnizações compensatórias anteriormente mencionadas, suportado por minutas de contratos avulsos aprovadas em reunião de Câmara em agosto de 2011. A este propósito, tendo em consideração o que se encontra previsto no número 3, do artigo 32.º e no artigo 47.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, somos de opinião que a Câmara Municipal e a Entidade deveriam ponderar a celebração de um contrato-programa, em conformidade com o normativo previsto naquele diploma. Neste contexto, convém referir que na opinião dos consultores jurídicos da Entidade, os seis contratos-programa e contratos de gestão celebrados entre a Gespaços e a Câmara Municipal de Paços de Ferreira, cinco contratos com datas anteriores a agosto de 2011 e outro contrato celebrado em julho 2024, não apresentam nenhum indício que permita concluir pela sua desadequação ou invalidade face ao regime jurídico da atividade empresarial local das participações locais, previsto na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Não queremos deixar de manifestar a nossa disponibilidade para prestar os esclarecimentos adicionais que sejam considerados convenientes e apresentar os nossos melhores cumprimentos.

De V. Exas.
Atentamente

BDO & ASSOCIADOS SROC, S.A.



Maria Madalena Carneiro
Sócia - ROC



Bruno Moreira Fernandes
Diretor - ROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, EM, SA (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de 11 731 287 euros e um total de património líquido de 10 416 997 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 29 684 euros), a demonstração de resultados, a demonstração das alterações no património líquido, a demonstração dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, EM, SA em 31 de dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e os fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas de auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**Sobre as demonstrações orçamentais**

Auditámos as demonstrações orçamentais anexas da Gespaços - Gestão de Equipamentos Municipais, EM, SA que compreendem a demonstração do desempenho orçamental, a demonstração da execução orçamental da receita (que evidencia um total de receita cobrada líquida de 4 675 286 euros), a demonstração da execução orçamental da despesa (que evidencia um total de despesa paga líquida de reposições de 4 201 422 euros) e a demonstração de execução do plano plurianual de investimentos relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais no âmbito da prestação de contas da Entidade. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 - Contabilidade e Relato Orçamental, do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.


Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais anexas estão preparadas, com todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras e as demonstrações orçamentais auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais, exceto quanto ao seguinte:

Conforme referido na nota 2.2 do relatório de gestão, a Entidade não incluiu as divulgações previstas na NCP 27 - Contabilidade de Gestão, mas divulgou as razões para esta insuficiência.

Porto, 9 de junho de 2026



Maria Madalena Miranda Carneiro Cardoso
(ROC n.º 1442, inscrita na CMVM sob o n.º 20161052)
em representação de BDO & Associados, SROC, S.A.